



Foto: Roberto Porro

Capítulo 5

Maranhão

Roberto Porro

Marcos Miranda Toledo

Guilhermina Maria Vieira Cayres Nunes

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini



Encarte das
microrregiões
geográficas
do estado do
Maranhão

5.1

Contextualização

O Maranhão, segundo maior estado da região Nordeste, cujo território está parcialmente incluído na Amazônia Legal Brasileira, destaca-se por suas ricas diversidades natural e cultural. Com uma área de aproximadamente 330 mil quilômetros quadrados, o estado abriga uma população estimada em aproximadamente 6,7 milhões de habitantes (IBGE, 2022a) e tem uma densidade populacional de 20,6 habitantes por quilômetro quadrado. O estado é dividido em 5 mesorregiões e 21 microrregiões geográficas e tem 217 municípios. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), 71% da população do estado vivia nas cidades, enquanto 29% viviam no campo. Destas cidades, a capital, São Luís, tem uma população de 1,03 milhão de habitantes, e a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), composta pela capital e mais 12 municípios, concentra aproximadamente 1,5 milhão de habitantes (21,5% da população do estado e 58% da população urbana do Maranhão) (IBGE, 2022a). Outros sete municípios maranhenses contam com mais de 100 mil habitantes (Imperatriz, Timon, Caxias, Codó, Açailândia, Bacabal e Balsas). Vale destacar que o Maranhão é o estado que apresenta o maior contingente populacional vivendo no campo (IBGE, 2022a), o que demonstra sua condição atual de estado rural.

217
municípios

21
microrregiões
geográficas

57%
de cobertura
florestal
conservada

O Maranhão faz fronteira com os estados do Pará, Tocantins e Piauí e, ao norte, é banhado pelo Oceano Atlântico. A maior parte de sua área é ocupada pelo bioma Cerrado, seguido do bioma Amazônia (a oeste) e de uma pequena porção do bioma Caatinga (na extremidade leste, próximo à divisa com o estado do Piauí). Essa diversidade de ambientes de transição (Amazônia, Cerrado, Caatinga e Oceano) proporciona a formação de uma grande variedade de ecossistemas, sendo um estado que apresenta formações geográficas e fitogeográficas únicas. A maior faixa de manguezal do mundo se estende desde a capital, São Luís, até a divisa com o estado do Pará, formando a área de proteção ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses. A Baixada Maranhense, a sudoeste da Ilha de São Luís, apresenta grande área de terras baixas e planas que são alagáveis no período chuvoso, onde foi instituída a APA da Baixada Maranhense. Ambas as APAs citadas são designadas como “sítios Ramsar” (designação que faz referência ao acordo internacional que tem o intuito de promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas) (Brasil, 2025c). O ambiente único do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (deserto de areias brancas com formação de lagoas cristalinas de águas pluviais durante o período chuvoso) foi reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2024. Além disso, o Maranhão tem 2,5 milhões de hectares em terras indígenas e 1,5 milhão de hectares em unidades de conservação de proteção integral. No oeste do estado, contíguo

com o leste do estado do Pará, encontra-se o Mosaico Gurupi (um conjunto de seis terras indígenas: Alto Turiaçu, Awá, Caru, Araribóia, Rio Pindaré e Alto Rio Guamá) e uma unidade de conservação (Reserva Biológica do Gurupi). Localizado no Centro de Endemismo Belém¹, o Mosaico Gurupi abriga os últimos remanescentes florestais da região e se destaca como um refúgio de biodiversidade e culturas tradicionais. No entanto, o Mosaico sofre com as pressões do desmatamento ilegal, da exploração madeireira e de incêndios criminosos e pode ser considerada a região mais ameaçada da Amazônia brasileira (Celentano et al., 2018).

Geograficamente, o território maranhense também é composto por planaltos, com altitudes que variam entre 200 e 800 m, onde se encontram formações geográficas como chapadas, serras e depressões. Dados de cobertura da terra de 2023 mostram que o Maranhão tem 56% de sua área coberta por florestas (33% em formação florestal, 22% em formação savânica e 1% em manguezais), 36% coberta por agropecuária e 4% coberta por vegetação arbustiva e herbácea (ver mais detalhes na seção 5.2 deste capítulo).

Antes da ocupação europeia, o Maranhão era povoado por diversas etnias indígenas, das quais podem ser destacadas

¹ Denominação de áreas endêmicas que contêm uma diversidade de espécies animais e vegetais distribuídas em concordância com as especificidades de sua biota e obedecendo aos limites dos principais rios da região (Almeida; Vieira, 2010).

a Guajajara, Ka'apor, Canela, Gavião e Krikati. Após as primeiras tentativas de colonização portuguesa não se desenvolverem, São Luís (hoje capital do estado) foi fundada por franceses na Ilha de Upaon-Açu. Posteriormente, em conflitos armados, os portugueses tomaram a cidade e defenderam-na também da invasão de holandeses em disputas posteriores (IBGE, 1957). A economia do Maranhão colonial viveu ciclos de exploração agrícola da cana-de-açúcar, algodão e arroz. Estes ciclos foram baseados, inicialmente, nas mãos de obra livre e escravizada indígena e, posteriormente, na de escravizados africanos. A economia passou por períodos pujantes, de modo que, no século XIX, o Maranhão chegou a ser a quarta economia do Brasil, e São Luís a quarta cidade mais populosa do País (Martins; Melo, 2018). Com a decadência dos ciclos da cana-de-açúcar e algodão, o Maranhão viveu um período de isolamento econômico do restante do País no século XX, quebrado apenas ao fim da década de 1960 após as ligações ferroviária e rodoviária do estado com outras regiões. Também na segunda metade do século XX, o estado recebeu ondas intensas de migração de populações oriundas do Semiárido brasileiro, impactadas pelas grandes secas.

Essa grande diversidade de povos e culturas que historicamente habitaram o estado moldou uma sociedade marcada pela diversidade étnica e cultural. Nesse contexto de diversidade social, destaca-se a forte presença dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco, entre outros), que enfrentam desafios significativos para garantir a continuidade de

suas formas de vida e suas práticas culturais. Dentre os principais problemas enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais capazes de gerar relevantes conflitos e disputas sociais no estado, podemos citar as invasões e grilagem de terras, o desmatamento, os grandes projetos de infraestrutura que têm impacto ambiental e a precariedade das condições de trabalho.

Entre as categorias territoriais presentes no estado, predominam estabelecimentos agropecuários (36%), assentamentos convencionais de reforma agrária (13%), terras indígenas (7,2%), unidades de conservação de proteção integral (4,4%) e territórios quilombolas (1,3%). Cabe destacar que mais de um terço das terras do estado (34,5%) ainda são categorizadas como “terra com destinação desconhecida”, o que não quer dizer que essas terras não sejam usadas ou ocupadas.

Parte do território do estado do Maranhão consiste de “microrregiões geográficas localizadas nas áreas majoritariamente de Cerrado na fronteira dos estados da Bahia, do Maranhão, de Tocantins e do Piauí” (Brasil, 2023), que são conhecidas como “Matopiba” (acrônimo formado pela justaposição das siglas destes quatro estados). Considerada como a última fronteira agrícola do Cerrado, o Matopiba registrou expressiva conversão de áreas de vegetação nativa em agricultura de grande escala nas últimas décadas. No Maranhão, entre os anos de 2010 e 2020, foram convertidos 890 mil hectares de Cerrado em agricultura (MapBiomass, 2024c). Segundo dados do sistema TerraBrasilis do Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Maranhão foi o estado com maior área de Cerrado desmatada no ano de 2024 (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025). Neste contexto, se destacam dois polos principais de expansão da agricultura de grande escala: a mesorregião Sul do estado e a microrregião de Chapadinha.

Segundo dados do último levantamento estruturado publicado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o produto interno bruto do Maranhão de 2021 foi de R\$ 124,98 bilhões. O setor de serviços foi responsável por 67,7% do valor adicionado bruto (VAB), sendo os setores da administração pública (38%) e comércio (19%) os mais relevantes. A indústria foi responsável por 19,7%, enquanto a agropecuária representou 12,6% do VAB, sendo as lavouras anuais (soja, milho e algodão) responsáveis por 65,1%, a pecuária por 26,4% e a pesca e aquicultura por 5,4% (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, 2023).

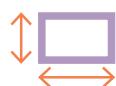
Em relação à bioeconomia, conforme definida nesta publicação, dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e da pesquisa da produção da extração vegetal e silvicultura de 2023 (IBGE, 2023b) para o Maranhão indicam a ocorrência de 23 produtos da extração vegetal e 10 produtos de espécies nativas cultivadas. Entretanto, essa lista

de produtos primários da biodiversidade não é exaustiva e é possível afirmar que outros produtos são (ou podem vir a ser) explorados pela bioeconomia. Destacam-se, como produtos mais relevantes, o babaçu e o açaí (extrativista ou cultivado).

O Maranhão possui o segundo menor IDH do País, à frente apenas do estado de Alagoas. Em comparação com outros estados, o Maranhão é o que apresenta o menor índice na categoria “renda”, que avalia a renda per capita da população. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 2023 e referentes a 2022 mostram que o Maranhão tem o maior percentual de pessoas em situação de pobreza no País (IBGE, 2023e). Isso demonstra que o estado possui enormes desafios socioeconômicos a serem superados, que incluem a diminuição e a erradicação da pobreza e da extrema pobreza, bem como o aumento do desenvolvimento social da sua população.

Diante da contextualização acima, pode-se concluir que o Maranhão, apesar da grande riqueza natural e elevada sociobiodiversidade que abriga, ainda carece de meios de geração de riqueza pela exploração econômica sustentável da natureza. A bioeconomia inclusiva se coloca como uma oportunidade de geração de renda e aumento da dignidade da população do estado, em especial daqueles povos e comunidades em estado de vulnerabilidade social.

5.2



Área

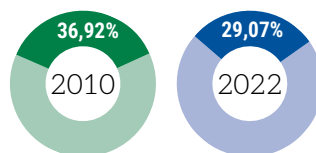
329.651,495 km²



População

6.776.699 habitantes

População rural



Densidade demográfica

20,56 habitantes por quilômetro quadrado

Densidade demográfica rural

6,00 habitantes por quilômetro quadrado

Fonte: IBGE (2010, 2022a).

Demografia e ambiente

O mapa da Figura 5.1 ilustra a localização e os limites das 21 microrregiões geográficas do estado do Maranhão, inseridas em quatro mesorregiões, relacionadas a seguir: (1) Norte Maranhense, composta por Litoral Ocidental Maranhense, Aglomeração Urbana de São Luís, Rosário, Lençóis Maranhenses, Baixada Maranhense e Itapecuru Mirim; (2) Oeste Maranhense, composta por Gurupi, Pindaré e Imperatriz; (3) Centro Maranhense, composta por Médio Mearim, Alto Mearim e Grajaú e Presidente Dutra; (4) Leste Maranhense, composta por Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Caxias e Chapadas do Alto Itapecuru; e (5) Sul Maranhense, composta por Porto Franco, Gerais de Balsas e Chapadas das Mangabeiras. O mapa indica a localização da capital estadual, São Luís, assim como a dos principais rios e das rodovias federais situadas no estado (BR-010, BR-222, BR-226, BR-230 e BR-316).

Em termos de superfície territorial, o Maranhão é o quarto maior estado da Amazônia Legal Brasileira. Quanto às características demográficas e ambientais do estado, o índice de 29,07% de população rural, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), representa uma redução de pouco menos de 8% quando comparado aos 36,92% registrados no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e

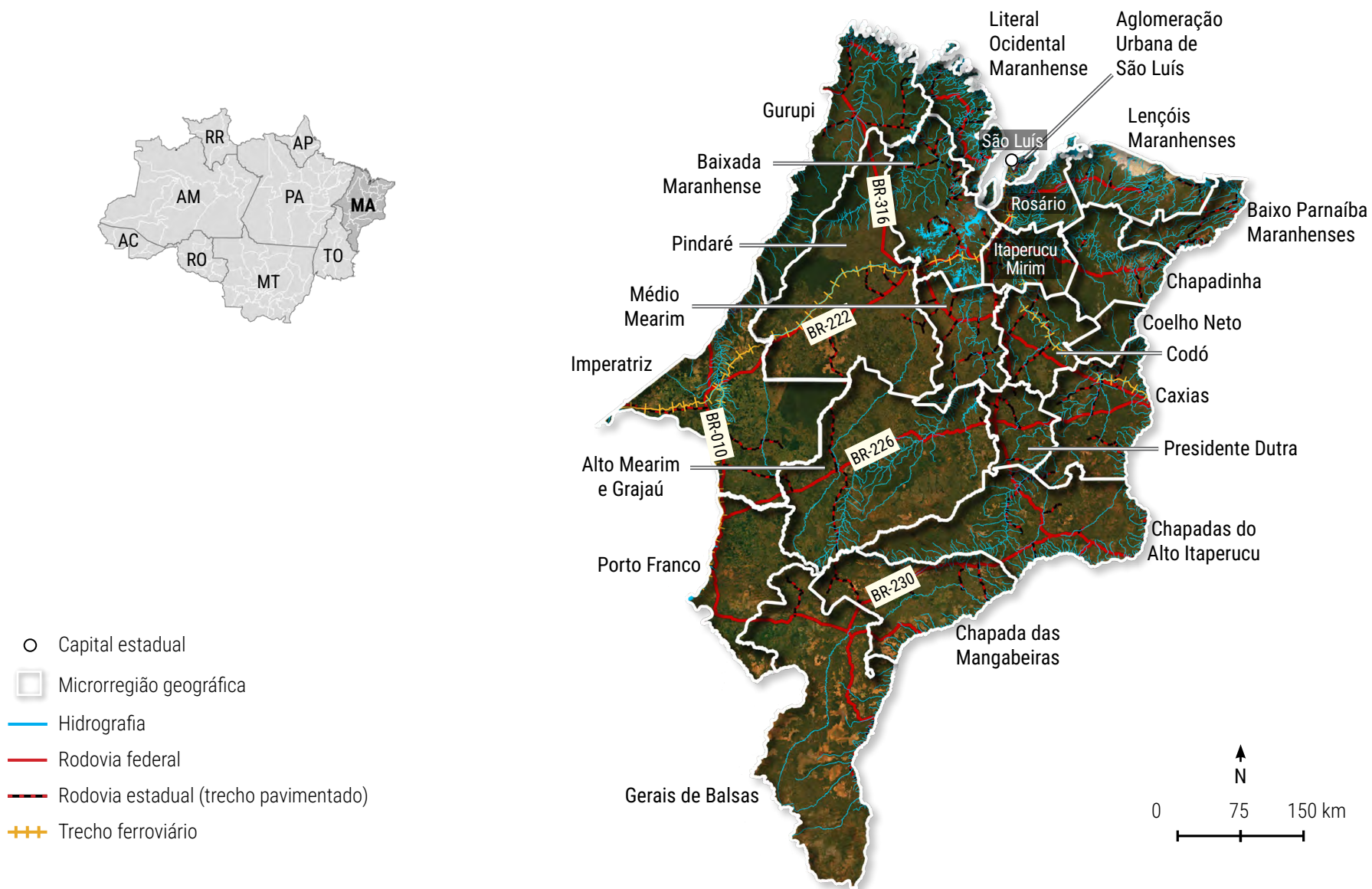


Figura 5.1. Limites geográficos e de microrregiões, hidrografia e infraestrutura rodoviária do estado do Maranhão.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017), IBGE (2022b, 2023d) e Planet Labs PBC (2024).

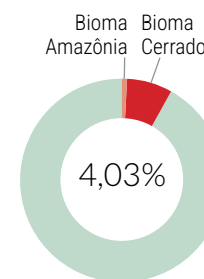
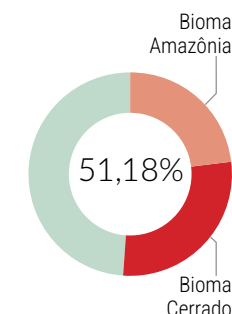
resulta numa densidade demográfica rural² de 6,0 habitantes por quilômetro quadrado (equivalente a 100 ha).

Em relação ao desmatamento e à supressão vegetal, por um lado, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025) indicam que o desmatamento acumulado no estado do Maranhão supera 168 mil quilômetros quadrados (valor que corresponde a pouco mais de 51% da superfície estadual), mas que 7,9% desta área (13,2 mil quilômetros quadrados ou 4,03% da área total do estado) foi desmatada nos últimos 5 anos. Destaca-se que a maior parte do desmatamento no estado do Maranhão ocorreu no bioma Cerrado (92.367 km² ou 54,7% do total), sendo que 94% do desmatamento recente ocorreu neste bioma. Por outro lado, até o ano de 2023, a supressão de vegetação em área não florestada alcançou, no estado do Maranhão, uma área cumulativa de 847,29 km² (0,26% da área estadual).

A Figura 5.2 apresenta a ocorrência absoluta (em ha) e relativa (em %) das cinco classes de cobertura da terra utilizadas pelo Projeto MapBiomas³, assim como a área e a porcentagem relativa das 18 subclasses desta tipologia que ocorrem no estado. A partir dos dados do MapBiomas (MapBiomas, 2025), é possível deduzir que 79% da área desmatada para

Desmatamento acumulado (2024)

168.715,84 km²



Desmatamento recente (2020–2024)

13.275,65 km²

Supressão acumulada de vegetação em área não florestada (2023)

847,29 km²



² Para o cálculo da densidade demográfica rural, subtraiu-se a área urbanizada do total da área territorial do estado, a partir dos dados de 2023 do Projeto MapBiomas (MapBiomas, 2025).

³ "O projeto MapBiomas é uma iniciativa do Observatório do Clima, co-criada e desenvolvida por uma rede multi-institucional envolvendo universidades, organizações não governamentais e empresas de tecnologia com os propósitos de mapear anualmente a cobertura e uso da terra do Brasil e monitorar as mudanças do território." (MapBiomas, 2024a).

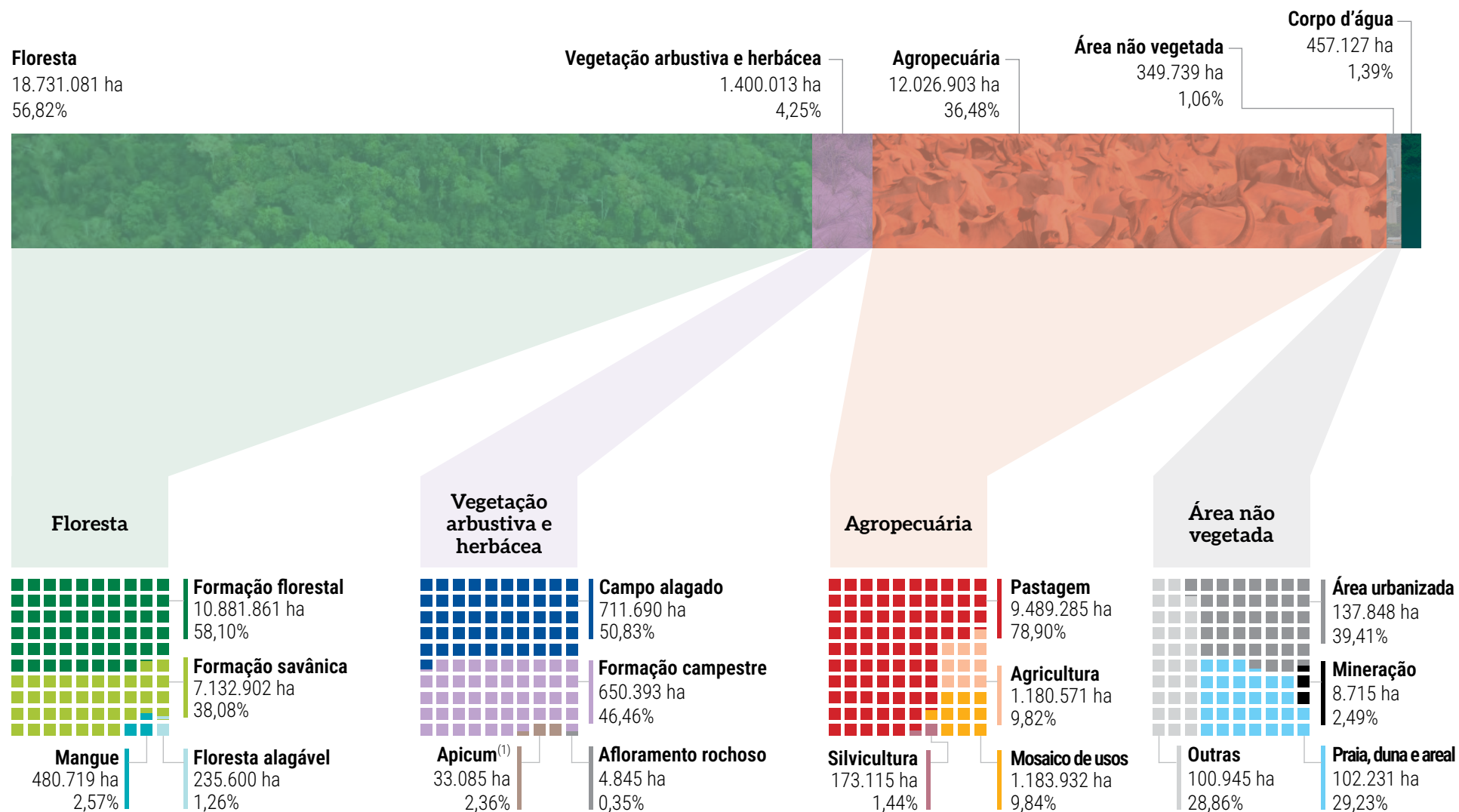


Figura 5.2. Classes e subclasses de cobertura da terra do estado do Maranhão em 2023.

⁽¹⁾ "Apicuns são áreas hipersalinas, adjacentes a manguezais, encontradas em diferentes regiões da costa brasileira" (Ucha et al., 2008).

Fonte: MapBiomias (2025).

uso agropecuário no estado do Maranhão foi convertida em pastagens, enquanto agricultura e silvicultura ocorrem respectivamente em 9,8% e 1,8% da área desmatada, ao passo que outros 9,8% desta área foram classificados como “mosaico de usos”, que, de acordo com a metodologia MapBiomas, refere-se a “áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura” (MapBiomas, 2024b).

5.3

Estrutura fundiária e categorias territoriais

De acordo com o IBGE, o estado do Maranhão contava, em 2017, com pouco menos de 220 mil estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área de 12,2 milhões de hectares ou cerca de 37,1% da superfície estadual, conforme apresentado na Figura 5.3. Estabelecimentos considerados da agricultura familiar representavam mais de 85% desse contingente, ocupando 30,9% da área total. Dentre esses, 88% eram constituídos pelo segmento de acesso ao crédito rural na categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo mais vulneráveis, tendo menor nível de renda e cuja área média (14 ha) equivalia a 25% da área média do total de estabelecimentos do estado (56 ha).

Conforme salientado na descrição metodológica apresentada no primeiro capítulo desta publicação, para evitar duplicidade de informações sobre a categoria de assentamentos de reforma agrária (obtidas a partir da base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e apresentadas posteriormente nesta seção), os dados (número e área) para a categoria de estabelecimentos definidos pelo IBGE como “assentados ou concessionários aguardando titulação” são tratados separadamente, conforme apresentado na Figura 5.3, sendo também excluídos da representação na Tabela 5.1 e Figura 5.4. No caso do Maranhão, esses dados se referem



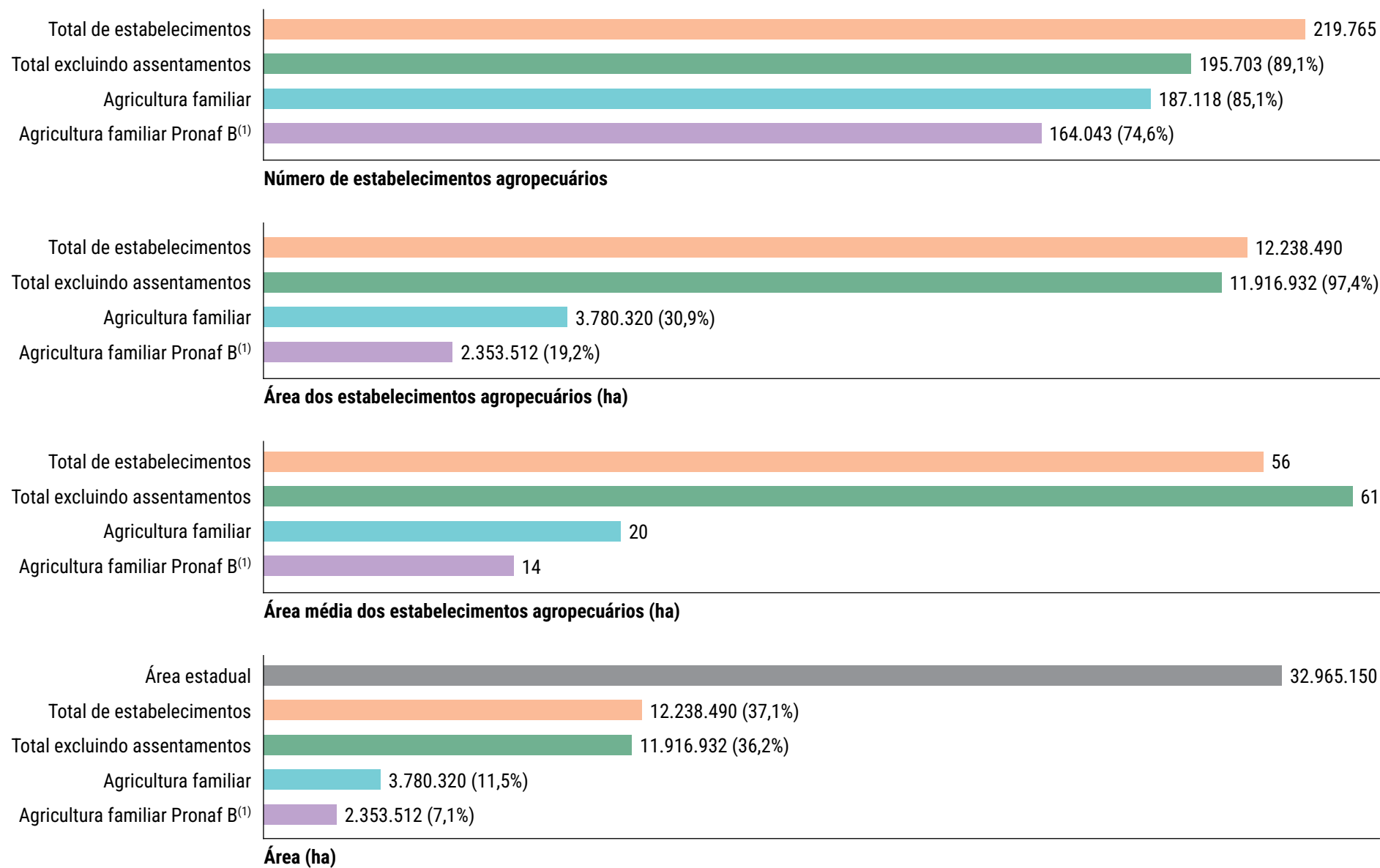


Figura 5.3. Estabelecimentos agropecuários do estado do Maranhão.

⁽¹⁾ Refere-se à categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Fonte: IBGE (2017).

Tabela 5.1. Categorias territoriais no estado do Maranhão.

Categoria territorial	Número	Área (ha)	Área (%)	Número de domicílios
Terra indígena (TI) ⁽¹⁾	23	2.459.136	7,46	10.141
Território quilombola (TQ) ⁽²⁾⁽³⁾	142	443.716	1,35	17.194
Território agroextrativista (TAE)				
Reserva extrativista (Resex)	9	353.951	1,07	4.702
Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	0	0	0,00	0
Floresta nacional (Flona) ou Floresta estadual (FES)	0	0	0,00	0
Projeto de assentamento agroextrativista (PAE), Projeto estadual de assentamento agroextrativista (Peaex) e Projeto de assentamento florestal (PAF)	8	24.287	0,07	762
Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS)	6	37.484	0,11	587
Assentamento convencional	1.008	4.457.812	13,52	129.150
Estabelecimento agropecuário ⁽⁴⁾	195.803	11.916.392	36,15	195.803
Unidade de conservação de proteção integral	11	1.508.145	4,57	–
Terra com destinação desconhecida	–	11.367.057	34,48	–
Área urbanizada	–	137.848	0,42	–
Corpo d'água	–	457.127	1,39	–

⁽¹⁾ Não inclui área nem domicílios da TI Taquaritiua e TI Vila Real (cujos processos encontram-se em fase de estudos).

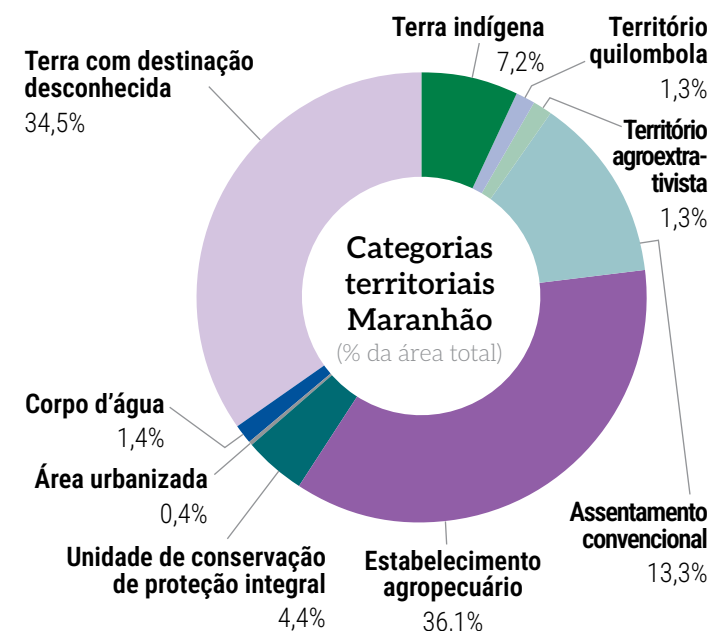
⁽²⁾ Não inclui informações dos seguintes TQs quanto à área: Boa Vista, Catucá, Frechal dos Campos, Guaraciaba e Santa Rosa dos Pretos.

⁽³⁾ Não inclui informações dos seguintes TQs quanto ao número de domicílios: Curral Grande e Itamoari.

⁽⁴⁾ Número de estabelecimentos agropecuários exclui a categoria "concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva".

Traço (–): Informação não aplicável.

Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

**Figura 5.4.** Categorias territoriais (% da área total) do estado do Maranhão, após excluir sobreposições.

Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

a 24.062 estabelecimentos (10,9% do total) que ocupavam 322.098 ha (2,6% da área total).

A Tabela 5.1 sintetiza a ocorrência das categorias territoriais no estado do Maranhão e suas respectivas áreas e populações residentes, conforme as bases de dados consultadas. A tabela indica que duas categorias focalizadas no estudo não ocorrem no Maranhão: reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) e florestas nacionais (Flona)

ou estaduais (FES). Estão localizadas no estado 23 terras indígenas, em área de 2,4 milhões de hectares, e 142 territórios quilombolas, em 444 mil hectares. Os territórios considerados agroextrativistas perfazem cerca de 416 mil hectares, com destaque para 9 reservas extrativistas (354 mil hectares), 8 assentamentos agroextrativistas (24 mil hectares) e 6 projetos de desenvolvimento sustentável (37 mil hectares). Já os 1.008 assentamentos convencionais de reforma agrária do estado do Maranhão ocupam cerca de 4,4 milhões de hectares. No conjunto destas unidades territoriais, residem mais de 162 mil famílias, que, quando somadas às famílias residentes nos cerca de 196 mil estabelecimentos agropecuários (após a exclusão dos assentamentos), totalizam 358 mil famílias. Considerando a área total do estado (cerca de 330 mil quilômetros quadrados), a categoria territorial “estabelecimentos agropecuários” resulta ser a de maior expressão (36,1% da área), seguida das categorias “assentamentos convencionais” (13,3%), “terras indígenas” (7,2%), “unidades de conservação de proteção integral” (4,4%), “território quilombola” (1,4%) e “reserva extrativista” (1,1%). Ressalta-se que terras com destinação desconhecida constituem mais de um terço (34,5%) da área estadual, superando a soma das áreas de terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos.

Três procedimentos foram executados para tratamento dos dados visando reduzir áreas sobrepostas e estimar a participação relativa de cada categoria territorial no total da área do estado do Maranhão. O primeiro foi o ajuste já mencionado em relação à categoria “estabelecimentos agropecuários”,

mediante a exclusão daqueles classificados como concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. O segundo ajuste consistiu na identificação e exclusão de áreas com sobreposição entre nove categorias territoriais, sendo adotada a seguinte ordem de priorização para manutenção da área em uma das categorias sobrepostas e sua exclusão da outra: (1) terra indígena (TI); (2) território quilombola (TQ); (3) reserva extrativista (Resex); (4) reserva de desenvolvimento sustentável (RDS); (5) projeto de assentamento agroextrativista (PAE), projeto estadual de assentamento agroextrativista (Peaex) e projeto de assentamento florestal (PAF); (6) projeto de desenvolvimento sustentável (PDS); (7) projeto de assentamento convencional; (8) floresta nacional (Flona) ou floresta estadual (FES); e (9) unidade de conservação de proteção integral. Vale ressaltar que tal hierarquização foi definida, neste estudo, a partir do critério de priorização de categorias com presença de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (nesta ordem) apenas com o objetivo de simular um cenário de suposta ausência de sobreposições territoriais, não sendo, porém, adotada, por órgãos fundiários ou ambientais.

A Tabela 5.2 relaciona as 59 situações de sobreposição identificadas envolvendo estas categorias territoriais nas respectivas microrregiões geográficas do estado do Maranhão. Na primeira coluna da tabela, estão indicadas as unidades territoriais cuja área em sobreposição foi excluída da elaboração da Figura 5.4, enquanto, na última coluna, constam as unidades territoriais cuja área sobreposta foi mantida na elaboração da figura.

Tabela 5.2. Unidades territoriais em sobreposição no estado do Maranhão⁽¹⁾.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾											Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	LO	RO	BM	IT	GU	PI	IM	AM	CH	CO	CX	CA	
1. PA Padre Paulo	X											1	Reserva Extrativista Itapetininga (1 ha)
2. PA Bituba/Chapada	X											1.291	TQ Alcântara (1.291 ha)
3. PA Fazenda Ilha do Campo		X										1.933	TQ Estiva dos Cotós (1.933 ha)
4. PA Vila Nova de Ana Dias			X									289	TQ Santo Inácio (289 ha)
5. PA Santana dos Pretos			X									273	TQ Altamira (273 ha)
6. PA Vila Nova de Ana Dias			X									137	TQ Santa Rosa (137 ha)
7. PA Purão dos Pirrós			X									56	TQ Altamira (56 ha)
8. PA Codó do Padilha Lageado			X									14	TQ Santo Inácio (14 ha)
9. PA Camacaoca			X									1	TI Rio Pindaré (1 ha)
10. PA Bom Jesus II				X								1.411	TQ Ipiranga do Carmina (1.411 ha)
11. PA Entroncamento				X								1.326	TQ Santa Rosa dos Pretos (1.326 ha)
12. PAQ Especial Quilombola Santa Maria dos Pinheiros				X								1.019	TQ Santa Maria dos Pinheiros (1.019 ha)
13. PA Padre Trindade				X								455	TQ São Francisco Malaquias (455 ha)
14. PA Piqui				X								441	TQ Piqui/Santa Maria (441 ha)
15. PE Juçaral				X								298	TQ Juçaral/Santa Helena (298 ha)
16. PA São Francisco I				X								117	TQ Piqui/Santa Maria (117 ha)
17. PAE Leite				X								14	TQ Juçaral/Santa Helena (14 ha)
18. PA São Francisco I				X								11	TQ Santa Rosa dos Pretos (11 ha)
19. PA Entroncamento				X								8	TQ Queluz (8 ha)
20. PA Cigana				X								3	TQ Ipiranga do Carmina (3 ha)
21. PA Entroncamento				X								1	TQ Monge Belo (1 ha)

Continua...

Tabela 5.2. Continuação.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾											Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	LO	RO	BM	IT	GU	PI	IM	AM	CH	CO	CX	CA	
22. PA Bom Jesus II				X								1	TQ Benfica (1 ha)
23. Reserva Biológica do Gurupi					X							415	PA Amazônia (415 ha)
24. PA Nadir/São Vicente/Colone					X							72	TI Alto Turiaçu (72 ha)
25. PA Quadra São Raimundo III/Colone					X							36	TI Alto Rio Guamá (36 ha)
26. PE Jamary dos Pretos					X							14.730	TQ Jamary dos Pretos (14.730 ha)
27. PAQ Especial Quilombola Jamary					X							14.585	TQ Jamary dos Pretos (14.585 ha)
28. PA Ceres					X							1	TQ Jamary dos Pretos (1 ha)
29. Reserva Biológica do Gurupi						X						294	TI Caru (251 ha), TI Awá (43 ha)
30. PA Quadra Boa Esperança/Colone						X						316	TI Alto Turiaçu (316 ha)
31. PA Quadra Betel/Colone						X						94	TI Alto Turiaçu (94 ha)
32. PA Quadra Jericó/Colone						X						56	TI Alto Turiaçu (56 ha)
33. PA Buriti/Rio Bonito						X						34	TI Araribóia (34 ha)
34. PA Alto Turi I						X						16	TI Alto Turiaçu (16 ha)
35. PA Cacique/Tucumã						X						1	TI Caru (1 ha)
36. PA Alegria							X					268	Reserva Extrativista Mata Grande (268 ha)
37. PA Cikel							X					1	TI Araribóia (1 ha)
38. PA Vale do Jordão							X					1	TI Krikati (1 ha)
39. PA Sobradinho								X				5.596	TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra (5.512 ha), TI Porquinhos (84 ha)
40. PA Aparecida do Mearim								X				4.681	TI Bacurizinho (4.681 ha)
41. PIC Barra do Corda								X				708	TI Lagoa Comprida (708 ha)
42. PA Bandeirantes								X				335	TI Geralda/Toco Preto (335 ha)

Continua...

Tabela 5.2. Continuação.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾											Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	LO	RO	BM	IT	GU	PI	IM	AM	CH	CO	CX	CA	
43. PA Pedra Preta/Morro dos Garrotes								X					TI Geralda Toco Preto (50 ha)
44. PDS Temasa								X					TI Araribóia (45 ha)
45. PA Cachimbeiro								X					TI Rodeador (23 ha)
46. PA Santa Amélia								X					TI Cana Brava/Guajajara (22 ha)
47. PA Paiol									X				Reserva Extrativista Chapada Limpa (59 ha)
48. PA Árvores Verdes									X				TQ Árvore Verde (2.547 ha)
49. PA Santa Alice									X				TQ Depósito (20 ha)
50. Parque Estadual de Mirador								X				X	TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra (40.134 ha), TI Kanela Memortumré (14.067 ha)
51. PA Orcaisa										X			TQ Matões Moreira (4.117 ha)
52. PA Conceição do Salazar										X			TQ Pitoró dos Pretos (2.161 ha)
53. PA Costa/Fundamento										X			TQ Pitoró dos Pretos (2.141 ha)
54. PA Santa Rita dos Matões										X			TQ Lago Grande (783 ha)
55. PA Monte Cristo										X			TQ Matões Moreira (2 ha)
56. PA Bom Jardim											X		TQ Cipó dos Cambaias (729 ha)
57. PA Buenos Aires											X		TQ Jenipapo (39 ha)
58. PA Água Preta											X		TQ Olho D'Água do Raposo (3 ha)
59. PA São João dos Poleiros											X		TQ Cipó (3 ha)

⁽¹⁾ TQ: Território quilombola; TI: Terra indígena; PA: Projeto de assentamento convencional; PE: Projeto de assentamento estadual; PAE: Projeto de assentamento agroextrativista; PIC: Projeto integrado de colonização; PAQ: Projeto de assentamento quilombola; PDS: Projeto de desenvolvimento sustentável.

⁽²⁾ Área sobreposta excluída da Figura 5.4.

⁽³⁾ Microrregiões identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – LO: Litoral Ocidental Maranhense; RO: Rosário, BM: Baixada Maranhense; IT: Itapecuru Mirim; GU: Gurupi; PI: Pindaré; IM: Imperatriz; AM: Alto Mearim e Grajaú; CH: Chapadinha; CO: Codó; CX: Caxias; CA: Chapadas do Alto Itapecuru.

⁽⁴⁾ Área sobreposta mantida na Figura 5.4.

X: Indica a microrregião onde está situada cada unidade territorial.

Fonte: Brasil (2024b), Funai (2024) e Incra (2025).

Contudo, conforme mencionado no primeiro capítulo, uma das principais limitações deste trabalho reside no fato de não terem sido identificadas sobreposições entre estabelecimentos agropecuários ou imóveis rurais e as demais categorias, fenômeno que constitui a principal fonte de conflitos fundiários na Amazônia.

Como artifício utilizado neste trabalho, após os dois ajustes mencionados acima, um terceiro procedimento foi aplicado (caso a soma da área das categorias territoriais ainda superasse a área total da microrregião geográfica – MRG): a área dos estabelecimentos agropecuários foi artificialmente reduzida, de forma que a soma das áreas das categorias territoriais coincidissem com a área total da MRG, sendo feita a devida anotação para indicar o procedimento e dimensionando o fenômeno de disputa por território. Tal situação, contudo, não ocorreu no estado do Maranhão.

Outra limitação do trabalho consiste na imprecisão dos dados para a categoria “terra com destinação desconhecida”, calculada por subtração entre a área total da MRG e a soma das outras categorias. No Maranhão, após a realização dos procedimentos mencionados acima, esta categoria resultou em cerca de 11,4 milhões de hectares ou 34,5% da área

estadual. Em que pese a relevância deste percentual, considerando a imprecisão da informação declaratória para determinação do número e da área de estabelecimentos agropecuários, a área atribuída a “terras com destinação desconhecida” é provavelmente maior do que a calculada neste estudo.

A Figura 5.4 sintetiza os dados da Tabela 5.1 sobre a distribuição relativa da área das categorias territoriais no estado do Maranhão, porém levando em consideração as sobreposições identificadas, sendo que relações detalhadas das sobreposições territoriais são apresentadas nos encartes de cada microrregião geográfica que constituem parte integrante desta obra. Por fim, o mapa da Figura 5.5 apresenta a localização das categorias territoriais no estado com as legendas indicativas e os limites das 21 microrregiões geográficas, enquanto as Tabelas 5.3 e 5.4 relacionam nominalmente as 23 TIs e 20 UCs que ocorrem no estado, indicando as microrregiões geográficas em que ocorrem e as áreas respectivas. As tabelas incluem códigos identificadores para as TIs e UCs com o objetivo de facilitar a visualização das áreas nos mapas detalhados (que podem ser verificados no encarte das respectivas microrregiões).

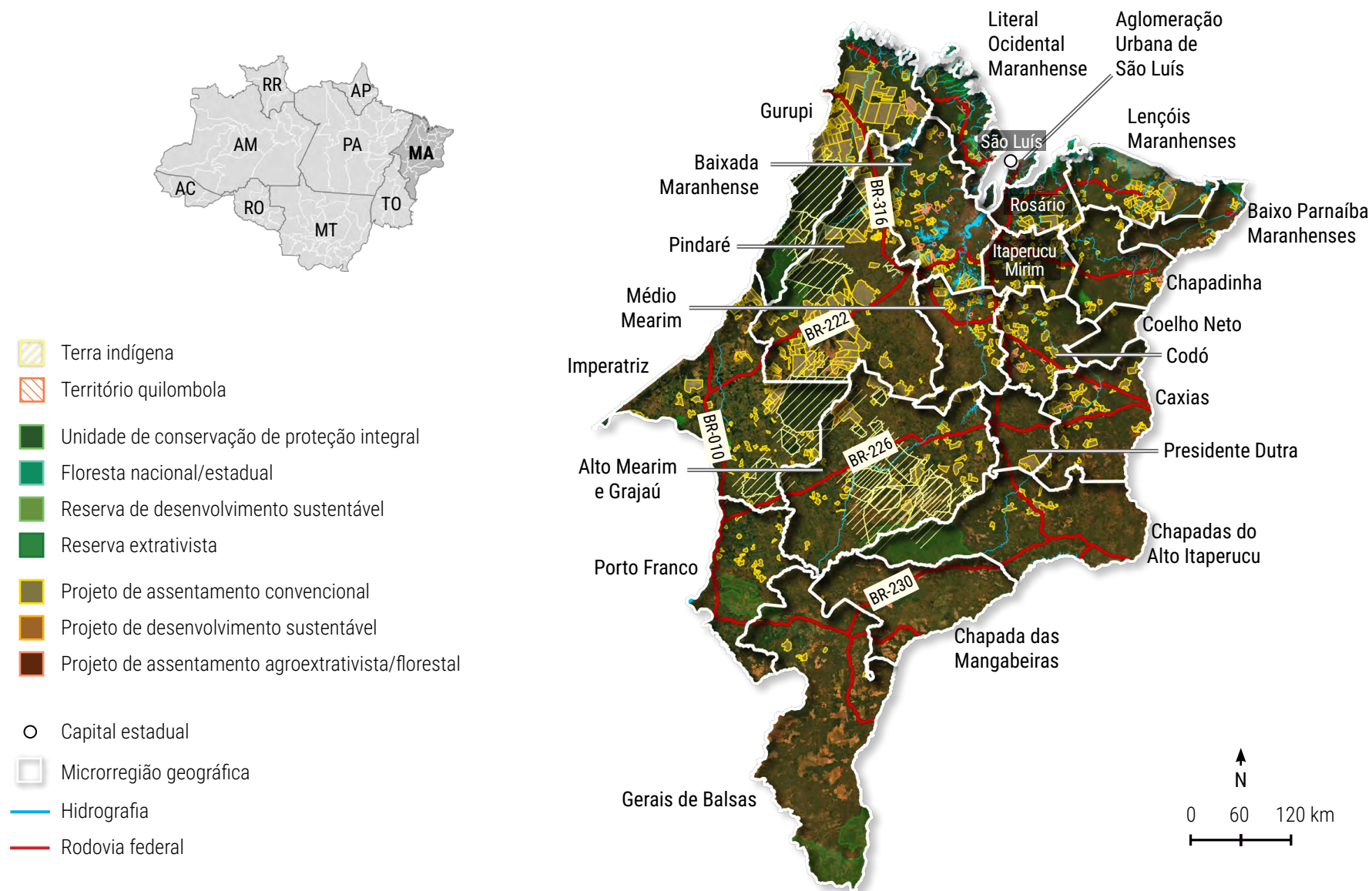


Figura 5.5. Categorias territoriais⁽¹⁾ e microrregiões geográficas no estado do Maranhão.

⁽¹⁾ Não estão mapeadas as terras indígenas Taquaritiua, Tremembé do Engenho e Vila Real.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017), IBGE (2022b, 2023d), Brasil (2024b), Funai (2024), Planet Labs PBC (2024) e Incra (2025).

Tabela 5.3. Terras indígenas (TIs) no estado do Maranhão.

Identificador	Nome da terra indígena	Microrregião geográfica ⁽¹⁾							Área ⁽²⁾ (ha)	Etnia	Situação
		AU	BM	GU	PI	IM	AM	CA			
TI-009	Alto Turiaçu			X	X				533.314,10	Awa Guajá, Ka'apor e Tembé	Regularizada
TI-031	Araribóia				X	X	X		415.853,49	Awa Guajá, Awá isolados e Guajajara	Regularizada
TI-038	Awá			X	X				117.660,10	Awa Guajá e isolados	Regularizada
TI-039	Bacurizinho (reestudo)						X		53.698,55	Guajajara	Declarada
TI-040	Bacurizinho						X		83.046,13	Guajajara	Regularizada
TI-070	Cana Brava						X		136.437,93	Guajajara	Regularizada
TI-073	Caru				X				176.438,86	Awa Guajá, Guajajara e isolados	Regularizada
TI-100	Geralda/Toco Preto						X		18.581,43	Guajajara e Krepynkatejê	Regularizada
TI-101	Governador					X			41.912,64	Gavião Pykopjê, Guajajara e Tabajara	Regularizada
TI-142	Kanela						X		179.643,75	Canela Memortumré	Regularizada
TI-143	Kanela/Memortumré						X		101.008,08	Canela Memortumré	Delimitada
TI-168	Krenyê						X		8.070,04	Krenyê	Regularizada
TI-169	Krikati					X	X		152.850,03	Krikatí	Regularizada
TI-183	Lagoa Comprida						X		14.368,49	Guajajara	Regularizada
TI-211	Morro Branco						X		49,25	Guajajara	Regularizada
TI-265	Porquinhos						X		148.087,55	Canela Apanyekrá	Regularizada
TI-266	Porquinhos dos Canela-Apãnjekra						X	X	236.232,37	Canela Apanyekrá	Delimitada
TI-289	Rio Pindaré		X		X				14.452,86	Guajajara	Regularizada
TI-294	Rodeador						X		2.330,51	Guajajara	Regularizada
TI-364	Urucu-Juruá						X		25.100,28	Guajajara	Regularizada
...	Taquaritia		X						...	Gamela	Em estudo
...	Tremembé do Engenho	X							...	Tremembé	Em estudo
...	Vila Real						X		...	Guajajara	Em estudo

⁽¹⁾ Microrregiões identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – AU: Aglomeração Urbana de São Luís; BM: Baixada Maranhense; GU: Gurupi; PI: Pindaré; IM: Imperatriz; AM: Alto Mearim e Grajaú; CA: Chapadas do Alto Itapecuru.

⁽²⁾ Área territorial das terras indígenas é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Terras Indígenas do Instituto Socioambiental.

X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada terra indígena.

Três-pontos (...): Informação não disponível (identificadores não inseridos, pois as áreas não estão representadas no mapa, uma vez que seus perímetros não estavam disponíveis nas bases de dados consultadas).

Fonte: Funai (2024) e Instituto Socioambiental (2025b).

Tabela 5.4. Unidades de conservação de proteção integral (UCIs) e unidades de conservação de uso sustentável (UCS) no estado do Maranhão.

Identificador	Nome da unidade de conservação ⁽¹⁾	Microrregião geográfica ⁽²⁾												Área (ha) ⁽³⁾	
		LO	AU	RO	LM	GU	PI	IM	AM	BP	CH	CA	PF		GB
UCI-037	Parque Estadual de Mirador								X			X			536.260,98
UCI-041	Parque Estadual do Bacanga		X												2.989,10
UCI-047	Parque Estadual do Sítio do Rangedor		X												121,57
UCI-075	Parque Nacional da Chapada das Mesas												X	X	160.719,84
UCI-080	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba													X	362.940,15
UCI-095	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses				X										150.558,26
UCI-126	Parque Natural Municipal Riacho Estrela										X				4,79
UCI-148	Reserva Biológica do Gurupi					X	X								294.549,67
UCS-098	Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí					X									34.982,27
UCS-108	Reserva Extrativista Chapada Limpa										X				12.029,04
UCS-112	Reserva Extrativista da Baía do Tubarão			X	X										149.928,62
UCS-113	Reserva Extrativista de Cururupu	X													86.759,78
UCS-116	Reserva Extrativista do Ciriaco							X							8.129,85
UCS-133	Reserva Extrativista Itapetininga	X													15.692,48
UCS-147	Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba									X					26.207,61
UCS-152	Reserva Extrativista Mata Grande							X							11.435,29
UCS-158	Reserva Extrativista Quilombo do Frechal	X													8.785,64

⁽¹⁾ Nesta tabela e no mapa da Figura 5.5, não estão incluídas as seguintes UCIs, com áreas exclusivamente marinhas: Parque Estadual Marinho Banco do Álvaro (45.132,06 ha), Parque Estadual Marinho Banco do Tarol (34.187,20 ha) e Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís (287.339,82 ha). Também não está incluída na tabela e no mapa a Reserva Particular do Patrimônio Natural Amoreira (347 ha).

⁽²⁾ Microrregiões identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – LO: Litoral Ocidental Maranhense; AU: Aglomeração Urbana de São Luís; RO: Rosário; LM: Lençóis Maranhenses; GU: Gurupi; PI: Pindaré; IM: Imperatriz; AM: Alto Mearim e Grajaú; BP: Baixo Parnaíba Maranhense; CH: Chapadinha; CA: Chapadas do Alto Itapecuru; PF: Porto Franco; GB: Gerais de Balsas.

⁽³⁾ Área territorial das unidades de conservação é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Unidades de Conservação do Instituto Socioambiental.

X: Indica a microrregião onde está situada cada unidade de conservação.

Fonte: Brasil (2024b), Incra (2025) e Instituto Socioambiental (2025a).

0,8737 Índice de Gini para
concentração de
terras

34,1% Área estadual em
estabelecimentos
agropecuários

0,3241 Índice de
concentração
fundiária ajustado
para o percentual
da área estadual em
estabelecimentos
agropecuários

Fonte: IBGE (2017).

O componente final desta seção refere-se à concentração fundiária. Para avaliar o nível de concentração de terras, é utilizado o índice de Gini, calculado a partir das classes de tamanho dos estabelecimentos agropecuários informadas no último Censo Agropecuário (IBGE, 2017). No estado do Maranhão, este índice é de 0,8737. Entre os nove estados da Amazônia Legal Brasileira, o Maranhão apresenta o segundo maior índice de concentração fundiária, inferior apenas ao estado do Amapá. Considerando que a área compreendida por estabelecimentos agropecuários no Maranhão alcança 37,1% do total estadual, um hipotético índice de concentração fundiária, ajustado para esta proporção, resultaria em 0,3241, tornando-se o terceiro maior entre os dos estados da Amazônia Legal Brasileira, após os estados de Mato Grosso e Tocantins.

5.4

Produção agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura

O IBGE é a fonte dos dados apresentados nesta seção. Foram utilizados os resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e as estimativas mais recentes referentes ao ano de 2023 para a produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c). Apesar dos 6 anos que separam as datas de referência de cada instrumento, é significativa a discrepância, para um mesmo produto ou espécie, entre valores reportados pelo Censo Agropecuário de 2017 e pelas estimativas anuais de 2023, o que justifica que ambos sejam apresentados neste trabalho. Não há equivalência completa entre produtos e espécies reportadas pelos dois instrumentos. Por essa razão, quando ocorrer, a indisponibilidade do dado é indicada no corpo das tabelas, conforme convenção explicada em nota de rodapé. Para melhor identificar os produtos de maior relevância econômica em cada segmento, são utilizadas cores diferenciadas nas tabelas, sendo necessário destacar que os dados se referem à quantidade total produzida e não apenas à que foi comercializada. Devido à política de proteção da confidencialidade das respostas individuais adotada pelo IBGE, quando menos de três informantes respondem a determinada



pergunta do Censo Agropecuário de 2017, suas respostas são omitidas nas tabelas disponibilizadas, sendo expressas pelo símbolo “X”.

Extração vegetal

A produção da extração vegetal para 30 produtos não madeireiros é apresentada na Tabela 5.5. Para cada uma dessas espécies e produtos, são informados o número de estabelecimentos que registraram a respectiva produção no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), as quantidades produzidas e os respectivos valores, sendo, neste caso, apresentados os dados das duas fontes (IBGE, 2017, 2023b). No estado do Maranhão, foram reportados 23 dos 30 produtos do extrativismo não madeireiro, sendo que 10 destes apresentam relevância econômica, que é definida, neste estudo, como o valor da produção anual superior a R\$ 1 milhão em pelo menos uma das pesquisas e/ou a produção reportada em pelo menos 100 estabelecimentos agropecuários. A amêndoa do babaçu é o produto da extração vegetal mais relevante no estado do Maranhão, com valor da produção que, em 2023, superou R\$ 59 milhões (IBGE, 2023b). No Censo Agropecuário de 2017, o produto foi reportado em mais de 12 mil estabelecimentos agropecuários, atingindo um valor de produção de R\$ 66 milhões (IBGE, 2017). O coco inteiro de babaçu é um dos produtos não reportados na PEVS, mas, no Censo Agropecuário de 2017, sua produção foi valorada em R\$ 33 milhões e registrada em 15 mil estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017).

Na sequência, destaca-se o açaí, cuja produção anual, em 2023, teve valor estimado em R\$ 53 milhões (IBGE, 2023b), sendo que, em 2017, a produção foi reportada em mais de 2.200 estabelecimentos, atingindo um valor de R\$ 10 milhões (IBGE, 2017). O único outro produto da extração vegetal no estado do Maranhão com valor da produção superior a R\$ 1 milhão

Tabela 5.5. Produtos da extração vegetal no estado do Maranhão.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Açaí	2.236	6.658	18.791	9.955	52.953
Andiroba	25	31	...	42	...
Babaçu (amêndoa)	12.125	56.858	23.426	65.683	59.411
Babaçu (coco)	15.491	16.938	...	33.154	...
Bacaba	460	93	...	158	...
Bacuri	806	243	...	568	...
Baru	0	0	...	0	...
Borracha	4	57	0	125	0
Buriti	967	1.067	94	3.306	1.416
Cacau	4	1	...	3	...
Cajarana	41	37	...	57	...
Camu-camu	0	0	...	0	...
Castanha-do-brasil	16	25	0	55	0
Copaíba	0	0	0	0	0
Cumarú	0	0	0	0	0
Cupuaçu	102	6	...	46	...
Jaborandi	58	9	144	34	696
Juçara	3	0	...	0	...
Maçaranduba	0	0	0	0	0
Macaúba	13	1	...	2	...
Mangaba	4	2	5	17	23

Continua...

Tabela 5.5. Continuação.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Murici	219	10	...	46	...
Murumuru	0	0	...	0	...
Palmito	161	86	0	195	0
Pequi	775	1.233	108	628	123
Piaçava	3	15	3	86	10
Pupunha	3	4	...	21	...
Tucum	...	...	62	...	300
Tucumã	0	0	...	0	...
Ucuuba	0	0	...	0	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023b).

foi o buriti, que, em 2017, havia sido reportado em 967 estabelecimentos e atingido valor de R\$ 3,3 milhões (IBGE, 2017), enquanto a estimativa de 2023 indicava R\$ 1,4 milhão (IBGE, 2023b). Outros seis produtos não madeireiros foram reportados no estado do Maranhão por mais de 100 estabelecimentos em 2017: bacuri (806 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 568 mil), pequi (775 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 628 mil), bacaba (406 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 158 mil), murici (219 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 46 mil), palmito (161 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 195 mil) e cupuaçu (102 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 46 mil).

Silvicultura

Com relação à produção da silvicultura no estado do Maranhão, a Tabela 5.6 indica que 407 estabelecimentos agropecuários declararam produtos florestais no Censo Agropecuário de 2017, com plantio de 374 milhões de árvores (sendo 95% de eucalipto), área cortada de 36 mil hectares (96% de eucalipto) e valor de produção de R\$ 372 milhões (IBGE, 2017). Já na pesquisa anual da PEVS (IBGE, 2023b), a produção da silvicultura no Maranhão registrou valor de cerca de R\$ 711 milhões, 66% referentes à madeira em tora para papel e celulose e 34% ao carvão, sendo a área plantada estimada em 244.610 ha, praticamente em sua totalidade constituída de plantios de eucalipto.

Tabela 5.6. Produtos da silvicultura no estado do Maranhão.

Produto da silvicultura	Número de estabelecimentos agropecuários		Área (ha)		Número de pés (mil)	Valor da produção (mil R\$)				
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Cortada	Total		PEVS 2023 ⁽²⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾
	Com espécie	Com produto	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	Lenha	Madeira em tora: papel	Madeira em tora: outro	Carvão	Total
Total	217	407	35.989	244.610	374.051	1.328	471.083	91	238.695	711.197
Eucalipto	151	...	34.398	244.604	354.024	...	...	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes à estimativa de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023b).

Agricultura

A produção agrícola do estado do Maranhão é apresentada nas Tabelas 5.7 e 5.8, incluindo 36 espécies distribuídas em três categorias [culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas e culturas anuais ou bianuais (nativas ou exóticas)], cada qual com 12 espécies. São informados o número total de estabelecimentos que reportam a respectiva produção (e, no caso de culturas perenes, aqueles com menos de 50 pés e com 50 pés ou mais) e o número de pés (colhidos) para cada espécie. São também reportadas a área total conforme IBGE (2017, 2023a) e a colhida (IBGE, 2023a) para culturas perenes e a área colhida, conforme IBGE (2017, 2023a), para culturas anuais e bianuais.

No estado do Maranhão, as espécies perenes nativas cultivadas reportadas pelo maior número de estabelecimentos, conforme o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), foram caju (13.675), goiaba (3.928) e açaí (1.293), enquanto, em termos de valor da produção, destacaram-se açaí (R\$ 2,2 milhões em 425 ha colhidos), seringueira (R\$ 2,1 milhões em 1.654 ha colhidos), maracujá (R\$ 1,7 milhão em 83 ha colhidos) e caju (R\$ 1,7 milhão em 5.483 ha colhidos). Considerando as estimativas de IBGE (2023a), a produção de 8.786 ha de caju foi valorada em R\$ 8,9 milhões, enquanto valor superior a R\$ 5,7 milhões teria sido obtido em 541 ha de açaí e R\$ 619 mil em 427 ha de seringueira.

Para culturas perenes exóticas, os dados de IBGE (2017, 2023a) indicam três espécies que atingiram valor anual de produção superior a R\$ 1 milhão, com destaque para banana [R\$ 64 milhões em área colhida de 3.728 ha conforme IBGE (2017) e R\$ 114 milhões em 4.988 ha conforme IBGE (2023a)], seguida de coco-da-bahia [R\$ 2,9 milhões em área colhida de 325 ha conforme IBGE (2017) e R\$ 4,5 milhões em 1.250 ha conforme

Tabela 5.7. Produtos da agricultura no estado do Maranhão: culturas perenes.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Total	Colhida	Total	Agro 2017 ⁽¹⁾		
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total								Total	Colhida	
													Com menos de 50 pés
Culturas perenes de espécies nativas													
Açaí	857	436	1.293	1.075	1.754	2.237	5.689	941	425	541	3	637	229
Borracha (seringueira)	0	4	4	996	238	2.105	619	1.662	1.654	427	X	515	511
Cacau	68	2	70	X	0	1	0	X	X	0	0	X	X
Caju	9.696	3.979	13.675	2.532	3.173	1.651	8.890	7.359	5.483	8.786	74	1.955	1.457
Camu-camu	0	0	0	0	...	...	...	0	0	...	0	0	0
Cupuaçu	617	76	693	33	...	307	...	67	55	...	2	21	8
Goiaba	3.899	29	3.928	43	40	123	58	22	15	5	5	5	3
Guaraná	1	0	1	X	0	0	0	X	X	0	X	X	X
Maracujá	611	145	756	654	175	1.713	524	113	83	54	1	79	61
Palmito	10	2	12	X	0	0	0	X	X	0	0	X	X
Pupunha	11	1	12	X	...	0	...	X	X	...	0	X	X
Urucum	287	25	312	19	0	157	0	49	42	0	0	20	18

Continua...

Tabela 5.7. Continuação.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Total Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾		Colhido
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total								Total		
											Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	
Culturas perenes de espécies exóticas													
Acerola	4.604	109	4.713	444	...	941	...	64	52	...	8	24	20
Banana	5.839	3.064	8.903	47.552	84.898	64.410	113.627	4.702	3.728	4.988	37	5.955	4.631
Café	44	5	49	1	0	3	0	2	2	0	0	1	1
Coco-da-bahia	4.848	283	5.131	2.677	5.230	2.972	4.494	452	325	1.250	15	87	59
Dendê	6	2	8	X	0	X	0	X	X	0	0	X	X
Graviola	370	4	374	3	...	20	...	2	2	...	1	0	0
Laranja	5.113	64	5.177	94	337	297	287	67	29	71	13	13	5
Limão	5.361	93	5.454	297	295	717	494	91	61	97	7	18	11
Mamão	2.968	192	3.160	2.082	1.962	2.544	1.436	147	102	117	4	194	135
Manga	7.563	69	7.632	86	383	267	364	64	35	98	21	11	4
Pimenta-do-reino	24	41	65	16	8	159	69	24	9	6	0	46	13
Tangerina	2.050	14	2.064	12	0	30	0	19	5	0	2	3	0

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para banana (IBGE, 2023a) referem-se a cachos, e quantidades informadas para coco-da-bahia referem-se a mil frutos (IBGE 2017, 2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

Tabela 5.8. Produtos da agricultura no estado do Maranhão: culturas anuais ou bianuais (nativas e exóticas).

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área colhida (ha)	
	Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾
Abacaxi	696	14.570	50.317	15.742	76.454	923	2.279
Abóbora	14.985	13.311	...	15.124	...	5.290	...
Amendoim	649	455	168	1.184	446	292	104
Arroz	82.842	135.538	184.752	136.294	303.171	83.756	90.730
Cana-de-açúcar	1.105	2.129.116	2.741.432	231.724	488.211	37.616	45.096
Fava	17.334	2.445	190	4.363	1.482	4.913	672
Feijão	73.630	21.351	26.474	44.347	91.583	35.699	45.607
Malva	1	X	0	X	0	X	0
Mandioca	83.192	222.092	398.360	328.356	244.754	45.086	49.913
Melancia	15.383	28.281	19.744	24.855	25.715	5.567	1.043
Milho	112.156	1.416.342	2.487.084	716.446	2.083.612	349.021	535.302
Soja	449	1.939.221	3.821.792	1.984.698	7.891.914	667.059	1.190.047

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para abacaxi referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

IBGE (2023a)] e mamão [R\$ 2,5 milhões em 102 ha conforme IBGE (2023a) e R\$ 1,4 milhão em 117 ha conforme IBGE (2023a)]. As espécies cuja produção foi registrada no maior número de estabelecimentos em 2017 foram banana (8,9 mil), manga (7,6 mil) e limão, laranja e coco-da-bahia (mais de 5 mil para cada uma).

Por fim, em relação às culturas anuais e bianuais, o destaque, no Maranhão, foi para a soja, que chegou a valores de produção anual, conforme IBGE (2017), de R\$ 2 bilhões (em 667 mil hectares colhidos em 449 estabelecimentos agropecuários) e, conforme as estimativas de IBGE (2023a), de R\$ 7,9 bilhões (em 1,2 milhão de hectares colhidos). Outras culturas anuais de destaque no Maranhão incluem milho [R\$ 716 milhões em 349 mil hectares conforme IBGE (2017) e R\$ 2,1 bilhões em 535 mil hectares conforme IBGE (2023a)], mandioca [R\$ 328 milhões em 45 mil hectares conforme IBGE (2017) e R\$ 245 milhões em 50 mil hectares conforme IBGE (2023a)], cana-de-açúcar [R\$ 232 milhões em 38 mil hectares conforme IBGE (2017) e R\$ 488 milhões em 45 mil hectares conforme IBGE (2023a)], arroz [R\$ 136 milhões em 84 mil hectares conforme IBGE (2017) e R\$ 303 milhões em 91 mil hectares conforme IBGE (2023a)] e feijão [R\$ 44 milhões em 36 mil hectares conforme IBGE (2017) e R\$ 92 milhões em 46 mil hectares conforme IBGE (2023a)]. Em 2017, o número de estabelecimentos que reportaram estes produtos havia sido, respectivamente, de 112.156 para milho, 83.192 para mandioca, 1.105 para cana-de-açúcar, 82.842 para arroz e 76.630 para feijão.

Criação animal

A Tabela 5.9 exibe os dados relativos ao rebanho de 13 espécies da criação animal no estado do Maranhão. As variáveis apresentadas incluem o número de estabelecimentos que registram a respectiva criação e, dentre estes, o quantitativo de estabelecimentos que comercializaram animais no ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Nesse quesito, destaca-se, no Maranhão, a criação de galináceos (galos, galinhas, frangas, frangos e pintos), registrada em cerca de 139 mil estabelecimentos agropecuários (63% do total no estado), sendo que 27% destes comercializaram animais. O registro de 91.296 estabelecimentos (42% do total no estado) com criação de bovinos representa a segunda maior frequência dentre aqueles com criação animal no Maranhão, sendo que 74% destes estabelecimentos indicam terem vendido esses animais. Em seguida, observa-se a criação de suínos, que ocorre em 32% dos estabelecimentos, sendo que 46% desses venderam animais em 2017.

Considerando o tamanho do rebanho, as projeções do IBGE (2023c) indicam os quantitativos de 12,4 milhões de cabeças de galináceos, 10,1 milhões de bovinos, 975 mil suínos, 384 mil caprinos e 348 mil ovinos no estado do Maranhão. A receita proveniente da venda de reses não é informada nas pesquisas anuais da PPM, sendo esta informação exclusiva para o ano de referência do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017). Nesse ano, destacou-se, no Maranhão, o valor da venda de bovinos

Tabela 5.9. Rebanho animal no estado do Maranhão.

Rebanho animal	Número de estabelecimentos agropecuários				Rebanho total (cabeças) ⁽²⁾		Rebanho vendido	
	Agro 2017 ⁽¹⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾	PPM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	
	Com menos de 50 cabeças	Com 50 cabeças ou mais	Total	Com venda			Cabeças	Valor da venda (mil R\$)
Bovinos	72.660	18.636	91.296	67.600	5.419.044	10.128.610	1.464.617	2.062.922
Bubalinos	...	...	1.939	957	57.905	97.212	9.858	11.067
Equinos	...	...	49.289	2.305	152.419	260.888	5.715	12.781
Asininos	...	...	25.304	407	41.147	...	742	371
Muare	...	...	24.708	573	56.827	...	1.217	2.446
Caprinos	...	...	13.342	5.306	250.871	383.563	53.923	11.087
Ovinos	...	...	8.424	3.101	193.141	348.062	40.033	9.932
Suínos	69.915	602	70.517	32.101	622.592	975.387	290.095	72.204
Galináceos	...	...	139.362	37.446	9.605.237	12.386.111	18.180.000	145.509
Codornas	...	...	236	...	13.214	2.345	11.822	47
Patos e gansos	...	...	17.296	...	225.600	...	...	...
Perus	...	...	2.407	...	13.531	...	...	...
Abelhas	...	...	840	...	34.978	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceção: Quantidade informada para abelhas refere-se ao número de caixas (colmeias).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

(R\$ 2,1 bilhões referentes à venda de 1,5 milhão de reses), seguido dos valores de venda de galináceos (R\$ 146 milhões referentes a 18,2 milhões de unidades) e suínos (R\$ 72 milhões referentes a 290 mil cabeças).

Já em relação aos produtos da criação animal, a Tabela 5.10 indica as produções de ovos (de galinha e codorna), leite e mel no estado do Maranhão, com destaque para a produção de leite, que foi registrada em 8% dos estabelecimentos e alcançou valores de produção de R\$ 237 milhões (IBGE, 2017) e com estimativa de R\$ 840 milhões (IBGE, 2023c). A produção de ovos foi registrada em 36% dos estabelecimentos agropecuários do estado, com valor superior a R\$ 88 milhões segundo IBGE (2017) e estimativa de R\$ 285 milhões conforme IBGE (2023c). Destaca-se ainda a produção

Tabela 5.10. Produtos da criação animal no estado do Maranhão.

Produto da criação animal	Número de estabelecimentos agropecuários		Quantidade			Valor (mil R\$)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾
	Com produção	Com venda	Produção	Venda	Produção	Produção	Venda	Produção
Ovo de galinha (mil dúzias)	78.217	...	11.053	5.090	32.811	88.398	39.582	285.012
Ovo de codorna (mil dúzias)	236	...	122	94	10	249	134	23
Leite (mil litros)	17.156	6.047	188.304	122.654	420.138	236.556	137.546	840.493
Mel (kg)	871	871	...	600.000	3.186.374	6.379	6.379	37.224

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

de mel, cujos valores chegaram a R\$ 6,4 milhões no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e R\$ 37 milhões na estimativa da PPM (IBGE, 2023c).

Por fim, a Tabela 5.11 apresenta os dados da aquicultura e piscicultura no estado do Maranhão. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) indica que cerca de 93% do valor da produção da aquicultura naquele ano (R\$ 160 milhões) consistiram em produtos da piscicultura, registrados em 6.873 estabelecimentos. Já dados da estimativa de 2023 da PPM (IBGE, 2023c) indicam o valor da produção da piscicultura de R\$ 303 milhões, sendo o tambaqui e o tambacu responsáveis, respectivamente, por 33% (R\$ 100 milhões) e 26% (R\$ 80 milhões) deste total. Outras espécies em destaque na piscicultura no estado do Maranhão são tilápia (R\$ 41 milhões) e curimatá (R\$ 24 milhões).

Embora os dados relativos à pesca artesanal não sejam informados nas pesquisas do IBGE, o Painel Unificado de Registro da Atividade Pesqueira, do Ministério da Pesca e Aquicultura, registra, para o estado do Maranhão, o quantitativo de 455.089 pescadores (Brasil, 2024a).

455.089

Número de pescadores

Painel Unificado do
Registro Geral da
Atividade Pesqueira

Fonte: Brasil (2024a).

Tabela 5.11. Produtos da aquicultura e piscicultura no estado do Maranhão.

Aquicultura e piscicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾			PPM 2023 ⁽²⁾	
	Número de estabelecimentos agropecuários	Produção (t)	Valor (mil R\$)	Produção (kg)	Valor (mil R\$)
Total aquicultura	6.891	...	160.019	...	...
Total piscicultura	6.873	23.430	148.183	...	302.704
Carpa	...	...	...	9.980	95
Curimatá	...	...	...	2.240.531	23.985
Dourado	...	...	...	0	0
Jatuarana	...	...	...	29.140	345
Lambari	...	...	...	0	0
Matrinxã	...	...	...	25.051	323
Pacu e patinga	...	...	...	1.797.859	19.673
Piau e piapara	...	...	...	945.504	10.759
Pintado (surubim)	...	...	...	339.889	4.554
Pirapitinga	...	...	...	7.411	86
Pirarucu	...	...	...	79.142	1.619
Tambacu	...	...	...	8.840.722	79.603
Tambaqui	...	...	...	10.646.136	99.951
Tilápia	...	...	...	3.814.417	40.514
Traíra	...	...	...	525	4
Tucunaré	...	...	...	0	0
Outros peixes	...	...	...	295.973	2.979

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

Os dados apresentados nas Tabelas 5.5 a 5.11 são ilustrados em três figuras que sintetizam informações para o conjunto de atividades dos setores agropecuário, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão. São utilizadas cores distintas, indicadas pela legenda, para oito segmentos produtivos: extração vegetal, culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais, criação animal, produtos derivados da criação animal, piscicultura e silvicultura. A Figura 5.6 sintetiza a frequência das atividades econômicas específicas nos estabelecimentos agropecuários do estado, indicando o número de unidades que declararam produção agrícola, animal, da extração vegetal ou da silvicultura.

A Figura 5.7 apresenta os valores da produção total (e não apenas daqueles derivados da venda) obtidos nestes estabelecimentos para cada cultura, espécie ou produto, de acordo com IBGE (2017), enquanto a Figura 5.8 apresenta os valores relativos às estimativas das pesquisas anuais da PAM, PEVS e PPM de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

A Tabela 5.12 e as Figuras 5.9 e 5.10 sintetizam comparativamente os valores das receitas provenientes de cada um desses segmentos produtivos para os dois períodos e fontes de dados utilizados. A tabela reporta os valores absoluto e relativo das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão, de acordo com a tipologia de 11 atividades econômicas, enquanto as figuras apresentam a contribuição percentual de cada atividade para o valor total da produção, de acordo, respectivamente, com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e com as pesquisas anuais referentes ao ano de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

Na tabela e nas figuras, o valor da produção do extrativismo vegetal é apresentado separadamente para extrativismo madeireiro e não madeireiro,

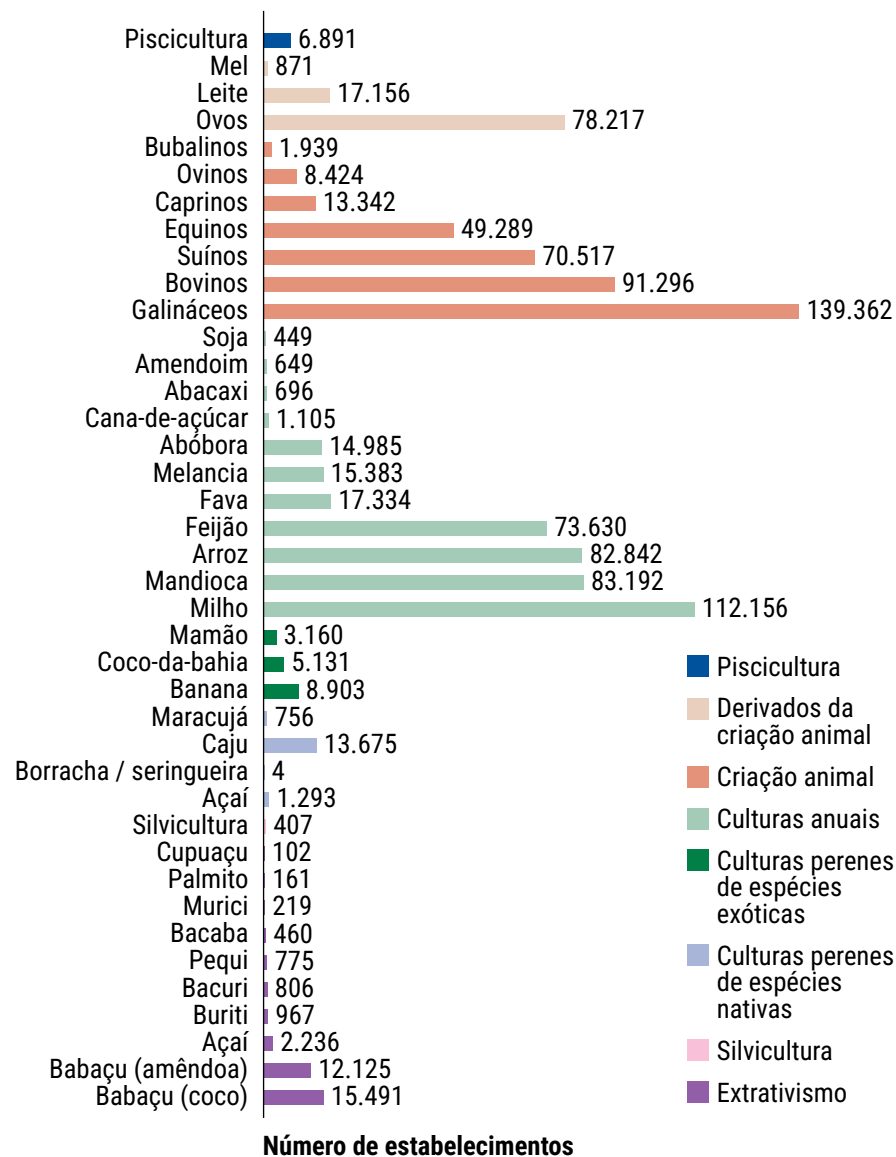


Figura 5.6. Número de estabelecimentos agropecuários com registro de produção no estado do Maranhão.

Fonte: IBGE (2017).

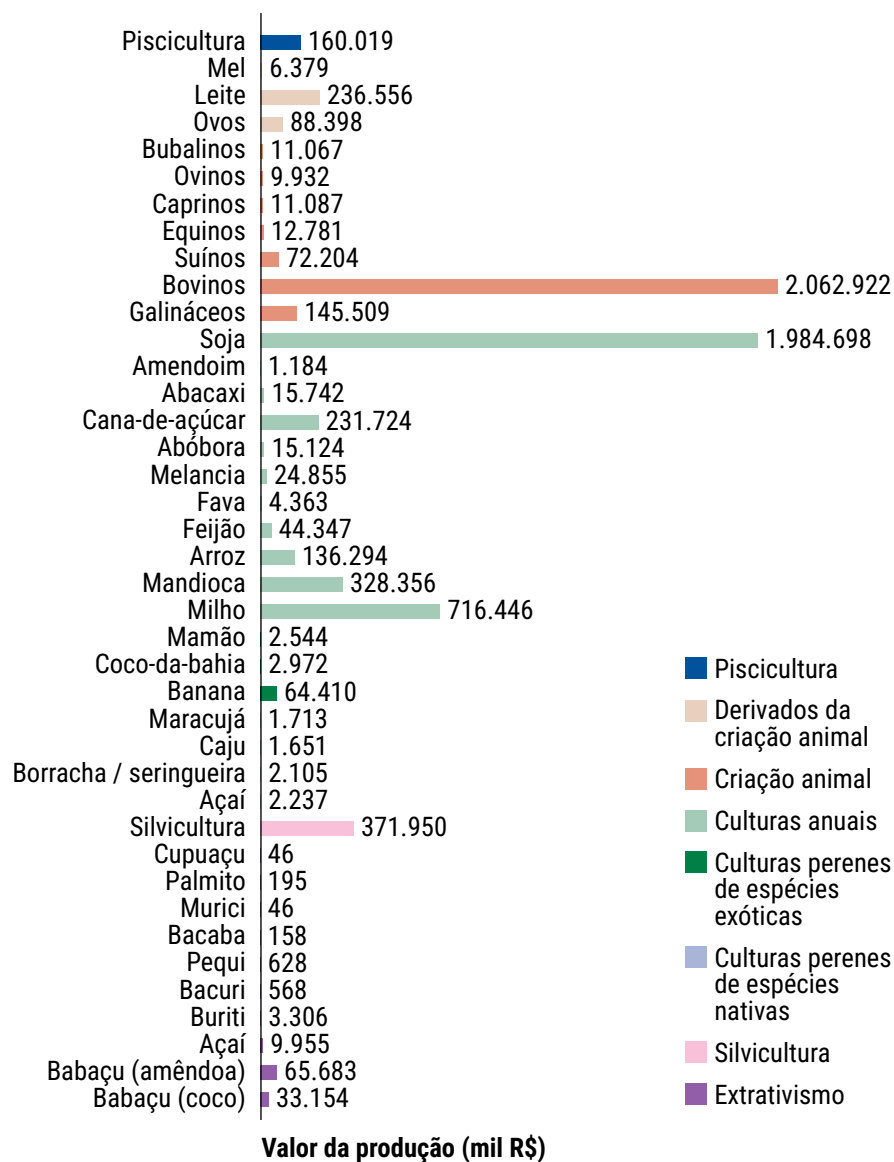


Figura 5.7. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

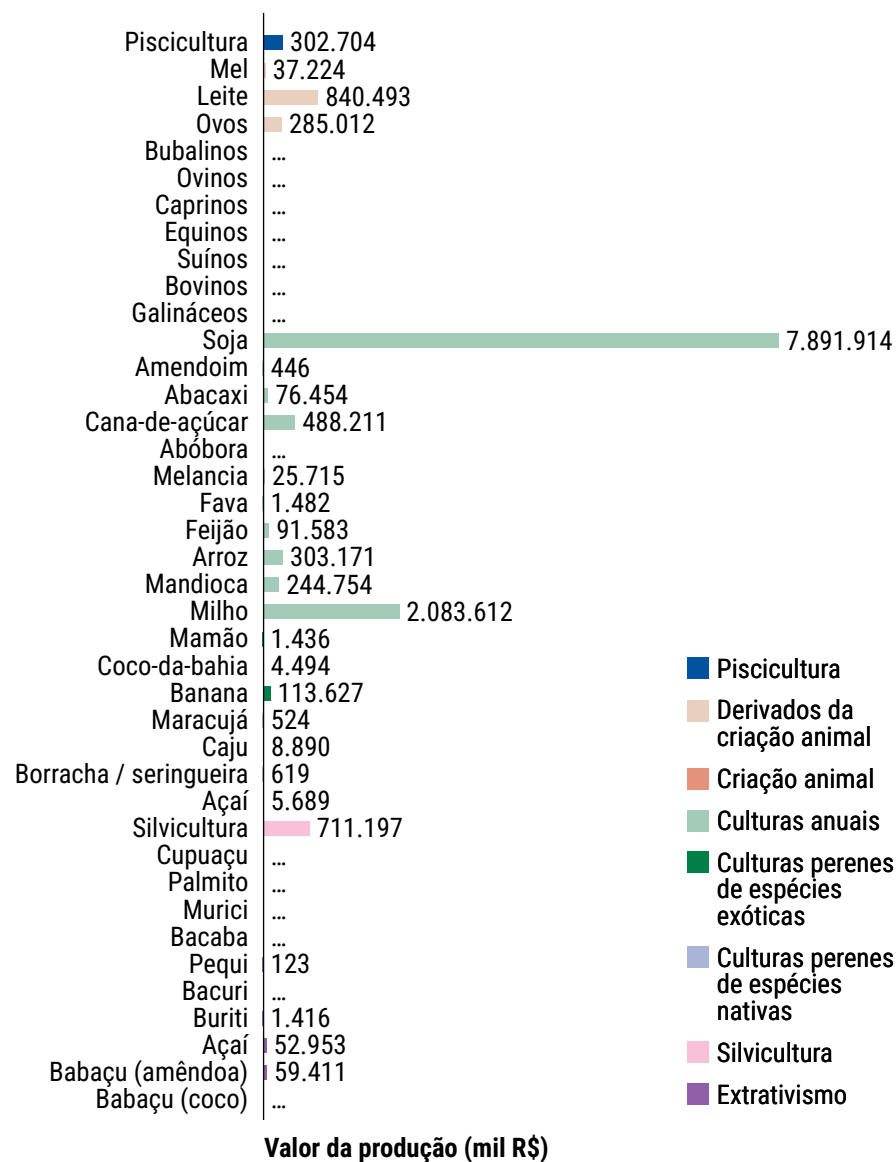


Figura 5.8. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão conforme as estimativas de 2023.

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

Tabela 5.12. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão.

Produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾		PAM, PEVS e PPM ⁽²⁾	
	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)
Extrativismo não madeireiro	116.911	2,5	119.934	0,9
Extrativismo madeireiro	26.660	0,6	180.173	1,3
Culturas perenes: espécies nativas	14.808	0,3	15.780	0,1
Culturas perenes: espécies exóticas	74.053	1,6	120.771	0,9
Culturas anuais: agricultura familiar	222.254	4,7	11.474.241	81,4
Culturas anuais: agricultura empresarial	1.078.804	22,8		
Silvicultura	371.950	7,9	711.197	5,0
Pecuária: venda de bovinos	2.062.922	43,7	...	...
Pecuária: venda de outras criações	265.444	5,6	...	...
Produtos da criação animal (leite, ovos, mel)	331.582	7,0	1.162.752	8,3
Piscicultura e aquicultura	160.019	3,4	302.704	2,1
Total	4.725.407	100,0	14.087.552	100,0

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 relacionadas a todas as suas categorias: produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a, 2023b, 2023c).

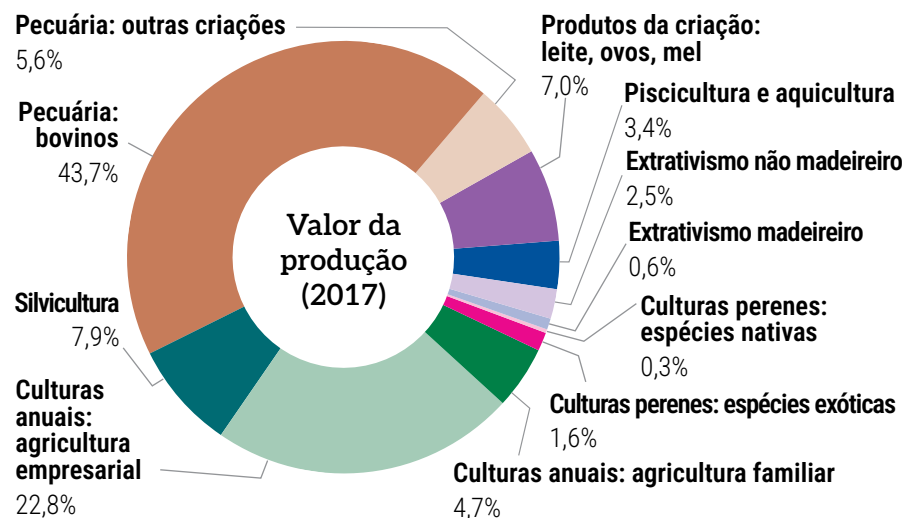


Figura 5.9. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão, em relação ao valor total, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

sendo que o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) apresenta dados de três produtos madeireiros: lenha, madeira em tora para papel e celulose e madeira em tora para outras finalidades. Já as estimativas anuais de IBGE (2023b) relativas à extração vegetal madeireira incluem dados para lenha, madeira em tora (de forma agregada) e carvão vegetal, que não constam da relação reportada por IBGE (2017). Na Tabela 5.12, os produtos da agricultura são apresentados em quatro categorias: culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais produzidas pela agricultura familiar e culturas anuais

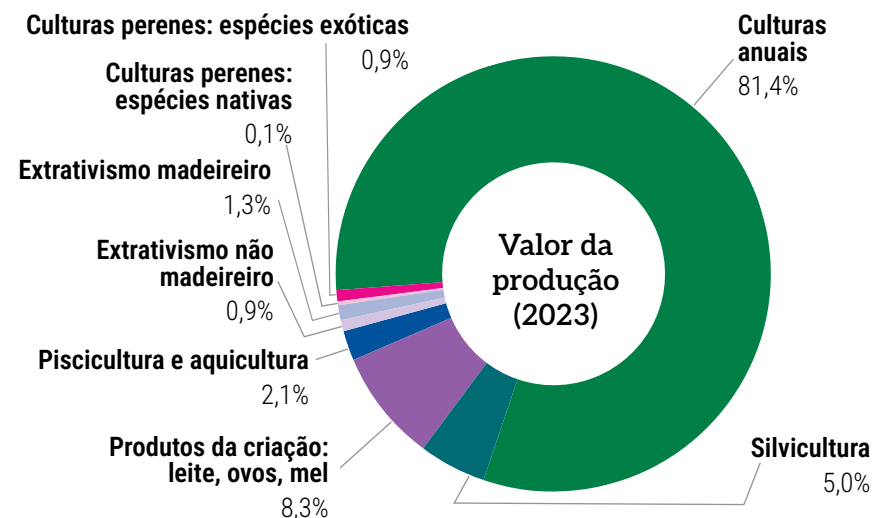


Figura 5.10. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão, em relação ao valor total, conforme as estimativas de 2023.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

produzidas por outros estabelecimentos agropecuários (aqui designados como agricultura empresarial). Esta última distinção, contudo, só está disponível em IBGE (2017). Outra diferença importante entre as duas fontes de dados reside na categoria pecuária: ao contrário de IBGE (2017), que informa o valor do rebanho comercializado no ano de referência, as estimativas de 2023 para a produção da pecuária exceto para piscicultura e aquicultura (IBGE, 2023c) não incluem a receita da venda de animais, limitando-se a reportar o valor da produção derivada da criação animal (leite, ovos e mel); isso reduz significativamente a

porcentagem do valor derivado da produção animal quando comparada com os dados de IBGE (2017).

Analisando os dados apresentados, constata-se que o conjunto das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Maranhão alcançou, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o valor de R\$ 4,7 bilhões, sendo que a venda de bovinos representou 44% deste total. Em seguida, aparece o valor da produção de culturas anuais pela agricultura empresarial (23%), seguida da produção da silvicultura (8%), da produção de derivados da criação animal (7%) e da venda de outras criações (6%). Já as estimativas para 2023 obtidas a partir das pesquisas anuais do IBGE (2023a, 2023b, 2023c), que não incluem a receita da venda do rebanho animal, totalizam R\$ 14 bilhões no estado do Maranhão, dos quais 81% são provenientes de culturas anuais, seguidas de produtos derivados da criação animal (8%) e de produtos da silvicultura (5%).

5.5

Indicadores sociais

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no estado do Maranhão indicam, para julho de 2025, um total de 1.880.534 famílias inscritas. Embora não exista uma correspondência exata entre o número de famílias e o de domicílios particulares permanentes, que, no Maranhão, totalizaram 2.091.583 conforme apurado pelo Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), o número de famílias inscritas no CadÚnico representa 90% dos domicílios do estado (Figura 5.11). Desse total, 1.151.376 famílias (55%) correspondiam àquelas em condição de maior vulnerabilidade ou em situação de pobreza, enquanto cerca de 282 mil (13,5%) eram consideradas de baixa renda. Deve-se observar, contudo, que, em metade dos municípios no estado do Maranhão (113 dos 217 municípios), o número de famílias inscritas no CadÚnico é superior ao número de domicílios particulares informados pelo IBGE, o que causa uma distorção nos resultados apresentados. A Figura 5.11 também indica que cerca de 64% das famílias inscritas no CadÚnico no estado do Maranhão são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que esse percentual alcançava 94,5% das famílias em situação de pobreza e 38,8% das famílias de baixa renda.

Em 2022, o estado do Maranhão apresentou produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 17.249 (IBGE, 2024), o mais baixo dentre os de todos os estados brasileiros, equivalente



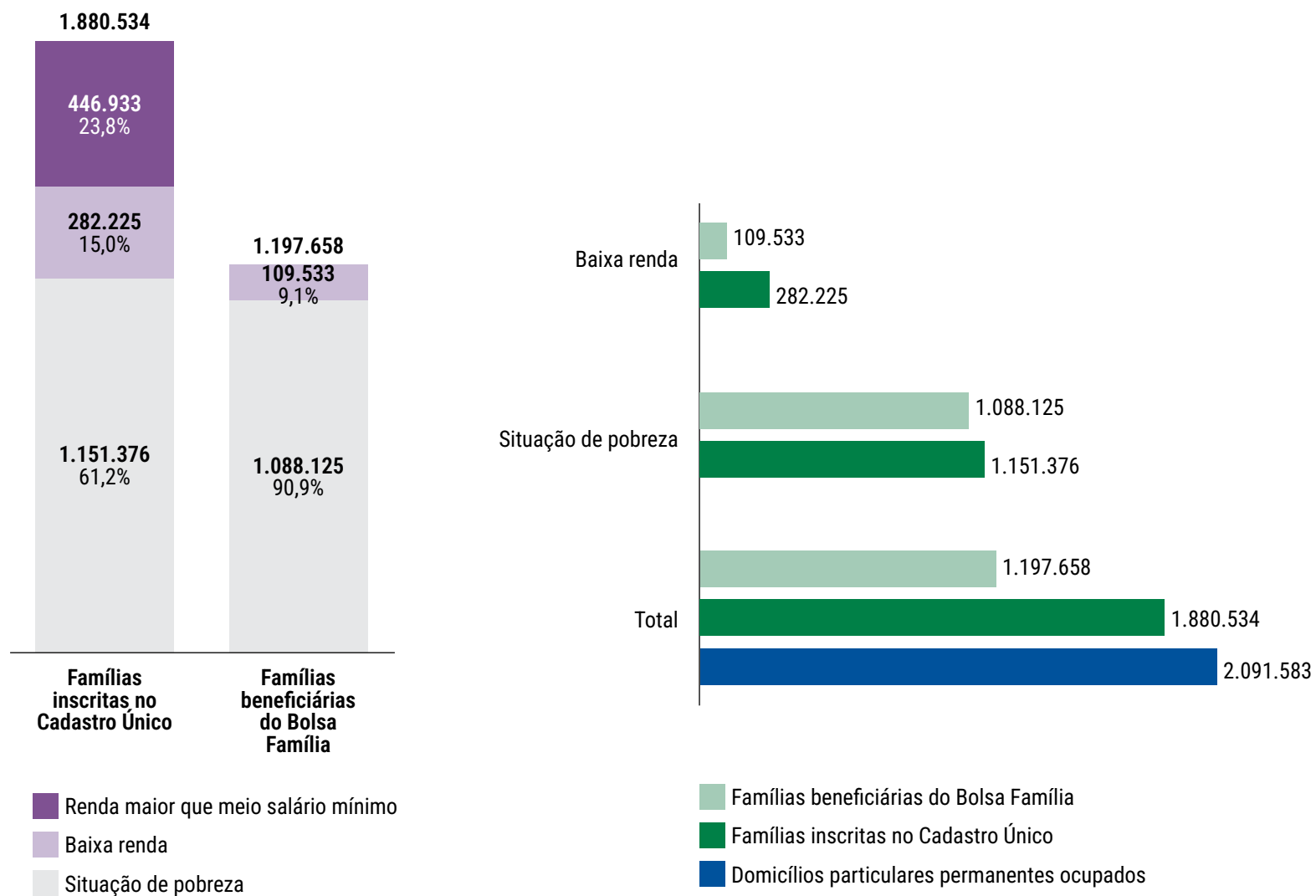


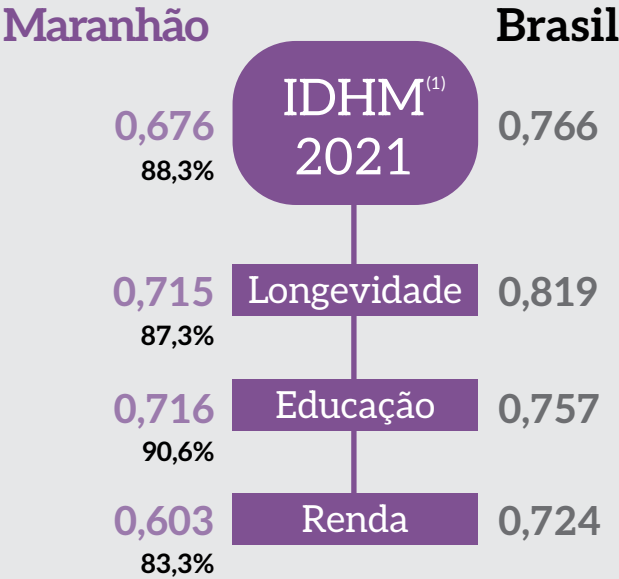
Figura 5.11. Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), no estado do Maranhão.

Fonte: IBGE (2022a) e Brasil (2025a, 2025b).

a pouco mais de um terço (34,7%) do PIB per capita nacional para o mesmo ano (R\$ 49.638,20). Criado em 1990, o índice de desenvolvimento humano (IDH) global vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi desenvolvido como alternativa ao PIB, para enfatizar que as pessoas e o desenvolvimento de suas capacidades devem estar no centro das decisões ao avaliar o desenvolvimento de um país (Atlas.Br, 2024).

No Brasil, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é composto pelas mesmas três dimensões do IDH global – longevidade, educação e renda – e ajusta a metodologia global à disponibilidade de indicadores nacionais. O IDHM utiliza dados tanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como dos censos demográficos para sua construção. Considerando as três dimensões do IDHM, o desempenho do estado do Maranhão, em 2021, calculado com base nos dados da PNAD, foi de 0,676, sendo que o melhor resultado foi para a dimensão “educação” (0,716), seguida de “longevidade” (0,715) e “renda” (0,603) (Atlas.Br, 2021). Em comparação com o IDHM calculado para o País, o resultado para o estado do Maranhão variou de 83,3% (renda) a 90,6% (educação), sendo que o IDHM geral do estado representou 88,3% do IDH nacional (Pnud Brasil, 2024).

O IDHM afere as condições de vida e acesso às oportunidades para indivíduos que lhes permitam, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam. Já o índice de vulnerabilidade social (IVS), criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir de dados do censo demográfico, complementa o IDHM ao aferir situações que desfavorecem a inserção social e oportunidades. Os valores do IVS são expressos em uma escala de 0 a 1 com três casas decimais, em que 0 corresponde à ausência de vulnerabilidade e 1 à vulnerabilidade máxima. O IVS é classificado



⁽¹⁾ IDHM: Índice de desenvolvimento humano municipal.
Fonte: Atlas.Br (2021, 2024) e Pnud Brasil (2024).

em cinco intervalos correspondentes a graus qualitativos de vulnerabilidade (0–0,200, muito baixo; 0,201–0,300, baixo; 0,301–0,400, médio; 0,401–0,500, alto; e acima de 0,50, muito alto). O IVS para o estado do Maranhão era, para 2010, de 0,511 (Figura 5.12). Dos três subíndices do IVS, o de maior vulnerabilidade no estado era infraestrutura urbana (0,520), enquanto renda e trabalho apresentou o melhor desempenho (0,495).

O índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) é uma iniciativa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em parceria com outros órgãos. Conforme apresentado na Figura 5.13, o IPS Brasil 2024 alcançava 55,74 para o estado do Maranhão. O componente de melhor desempenho no estado resultou ser o de “necessidades humanas básicas” (62,99), com destaque positivo para o indicador associado à “moradia” (74,90) e negativo para “segurança pessoal” (56,35). A dimensão “fundamentos de bem-estar” vem em seguida (61,46), com melhor desempenho para o indicador de “acesso ao conhecimento básico” (68,49) e pior desempenho para “acesso à informação e comunicação” (56,51). Dentre as três dimensões do IPS Brasil, a que apresentou pior desempenho no estado do Maranhão foi “oportunidades” (42,76), sendo que o destaque negativo foi atribuído a “liberdades individuais e de escolhas” (33,61).

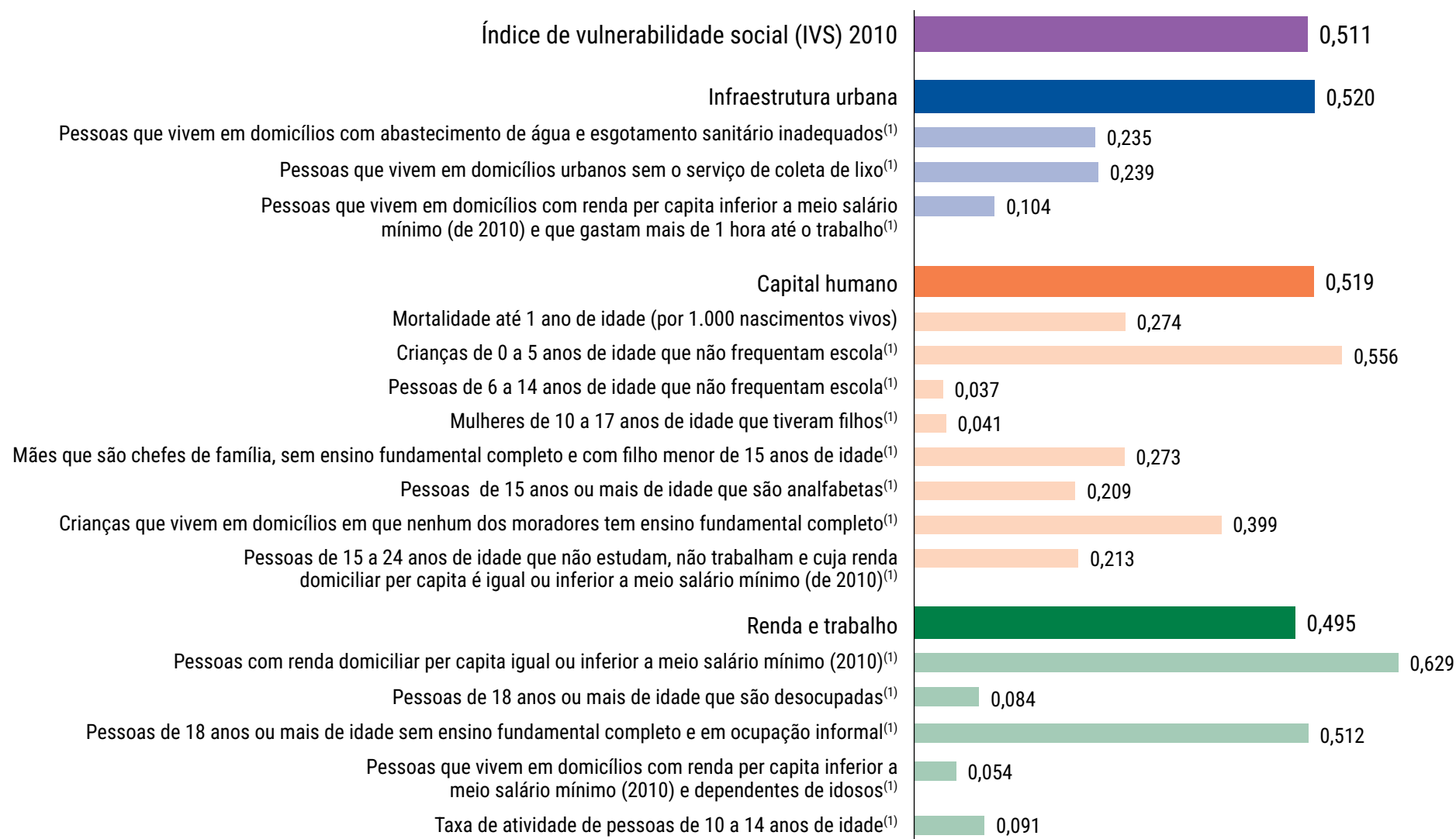


Figura 5.12. Índice de vulnerabilidade social (IVS) do estado do Maranhão, em 2010, incluindo subíndices.

⁽¹⁾ Valores originais dos componentes de cada eixo do IVS (em porcentagem) são expressos como fração decimal.

Fonte: Adaptado de Ipea (2010).

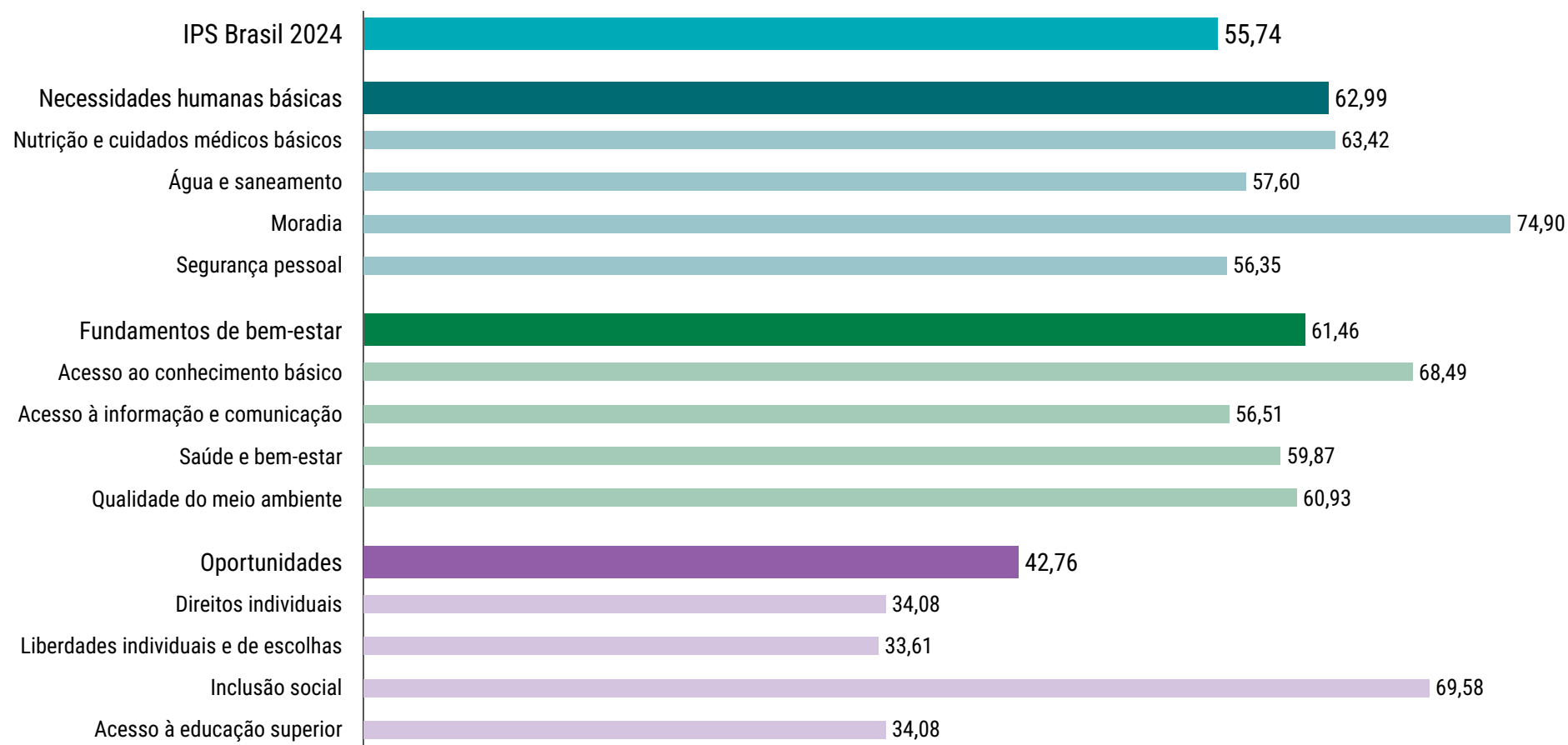


Figura 5.13. Índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) de 2024 do estado do Maranhão.

Fonte: IPS Brasil (2024).

5.6

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Cursos d'Água**: base hidrográfica Ottocodificada Multiescalas 2017 (BHO 2017). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/0c698205-6b59-48dc-8b5e-a58a5dfcc989>. Acesso em: 15 out. 2024.

ALMEIDA, A. S. de; VIEIRA, I. C. G. Centro de endemismo Belém: status da vegetação remanescente e desafios para a conservação da biodiversidade e restauração ecológica. **Revista de Estudos Universitários**, v. 36, n. 3, p. 95-111, 2010.

ATLAS.BR. **Desenvolvimento humano**. 2024. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 8 maio 2025.

ATLAS.BR. **Ranking**. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.767, de 1 de novembro de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 7-8, 3 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Vis Data 3 Beta**. Brasília, DF, 2025b. Disponível



em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em 1 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação –CNUC**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Convenção de Ramsar**. Brasília, DF, 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1#>. Acesso em 15 mar. 2025.

CELENTANO, D.; MIRANDA, M. V. C.; MENDONÇA, E. N.; ROUSSEAU, G. X.; MUNIZ, F. H.; LOCH, V. do C.; VARGA, I. van D.; FREITAS, L.; ARAÚJO, P.; NARVAES, I. da S.; ADAMI, M.; GOMES, A. R.; RODRIGUES, J. C.; KAHWAGE, C.; PINHEIRO, M.; MARTINS, M. B. Desmatamento, degradação e violência no "Mosaico Gurupi" –A região mais ameaçada da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 32, n. 92, p. 315-339, 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório terras quilombolas**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 15 out. 2024.

FUNAI. **Terras indígenas**: dados geoespaciais e mapas. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas – Brasil**: escala 1:250.000 – BC250, versão 2023. Rio de Janeiro, 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/>

[censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos#extracao-vegetal](https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos#extracao-vegetal). Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo demográfico 2022**: população e domicílios - primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 8 maio 2025.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957. 444 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM**. Rio de Janeiro, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal - PAM**. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

INCRA. **Projetos de assentamentos total**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.phpBrasília>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Rio de Janeiro, 2023e. 152 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão (2021)**. São Luis, 2023. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/pib-municipal-v-17-n-1-2023/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **TerraBrasilis**. Disponível em: <https://terrabilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **TerraBrasilis. PRODES (Desmatamento)**. 2024. Disponível em: <https://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Painel de dados**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>. Acesso em: 15 jul. 2025a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Situação atual das terras indígenas**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025b.

IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2010. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: 15 maio 2025.

IPS BRASIL. **Índice de Progresso Social Brasil 2024**: qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Belém, PA: Imazon, 2024. Disponível em: https://fly.storage.tigris.dev/small-sky-6309/bb244d50-af79-4b62-9b2a-4c001f16ffc8-relatorio_completo.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

MAPBIOMAS. **Coleção 6 do MapBiomias da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2021/09/10/agropecuaria-cresce-258-no-matopiba-desde-1985-e-ocupa-area-maior-que-o-amapa/>. Acesso em: 12 dez. 2024c.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 do MapBiomias da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>. Acesso em: 15 maio 2025.

MAPBIOMAS. **Descrição das classes da legenda da coleção 9 do MapBiomias Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/08/Legenda-Colecao-9-Descricao-Detalhada-PDF-PT.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024b.

MAPBIOMAS. **O que é MapBiomias**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/faq/o-que-e-o-mapbiomas/>. Acesso em: 30 dez. 2024a.

MARTINS, D. de C.; MELO, F. S. O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (c.1750- =c.1810). In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7.; ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 9., 2018, Ribeirão Preto. **Anais [...]** Ribeirão Preto: Campos USP, 2018. 31 p.

PLANET LABS PBC. **Latest PS Tropical Visual Biannual Archive – Tropical Forest Observatory (TFO)**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.planet.com/tropical-forest-observatory/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PNUD BRASIL. **Painel IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 30 out. 2024.

UCHA, J. M.; HADLICH, G. M.; CELINO, J. J. Apicum: transição entre solos de encostas e de manguezais. **E.T.C. Educação, Tecnologia e Cultura**, v. 5, p. 58-63, 2008.